



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

ISSN - 0874-8675

Diversos

Revista de Estudos Regionais

nº 3

2º Semestre 2001

Região de Lisboa e Vale do Tejo

**Região de Lisboa e Vale do Tejo em 2001:
Análise dos Resultados Preliminares dos Censos**

**Acessibilidades e Construção na Área
Metropolitana de Lisboa, 1991 - 2001**

**Mobilidade e Território da Região de Lisboa
e Vale do Tejo: Pistas para uma Análise Integrada**

Ano de edição 2002



A Região de Lisboa e Vale do Tejo em 2001:

Análise dos Resultados Preliminares dos Censos

Resumo

Os recenseamentos da população e da habitação, efectuados de dez em dez anos, constituem a principal fonte de informação para a caracterização dos territórios, essencialmente, devido à sua exaustividade e à dimensão e interesse da informação recolhida.

Assim, é natural que os períodos de disponibilização de informação censitária sejam caracterizados por uma grande expectativa em redor dos principais resultados.

Este artigo é fruto dessa expectativa, traduzida numa enorme curiosidade, não só em relação aos principais números que caracterizam a Região de Lisboa e Vale do Tejo, mas, sobretudo, em relação às mensagens que a análise evolutiva e integrada dos mesmos pode transmitir.

Na base das ideias expostas estão os resultados preliminares dos Censos 2001, os primeiros a serem disponibilizados, que conseguem aliar um grau de actualidade inquestionável (foram disponibilizados 3 meses depois da data de referência da mega-operação estatística) a um desvio face aos resultados definitivos tradicionalmente reduzido. Estes resultados não permitem uma análise muito aprofundada, na medida em que apenas são disponibilizadas as contagens das variáveis base dos Censos (população, famílias, alojamentos e edifícios), o que significa que algumas das ideias aqui expostas necessitam de confirmação posterior, alimentando, desta forma, a ansiedade em relação aos dois momentos seguintes de disponibilização de informação censitária (dados provisórios e dados definitivos).

1. A População

A População Residente da Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT), cerca de 3,5 milhões de habitantes em 2001, aumentou 4,8% na última década, devido, essencialmente à componente migratória (4,2%), uma vez que o crescimento natural foi quase nulo (0,6%).

Enquadrando esta expansão populacional no contexto nacional, refira-se que a taxa de crescimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo é próxima da nacional (4,6%) e que essa taxa se decompõe em 0,9% de saldo natural¹ e 3,7% de saldo migratório².

08

O peso populacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, no País, manteve-se estável durante a década de 90, tal como já se tinha verificado durante a década de 80, cifrando-se em 33%. Esta constatação permite refutar a ideia vigente de que esta Região tem crescido, nos últimos anos, por absorção das populações do interior, ou seja, fruto da concentração populacional.

Refira-se, também, que o peso populacional da Área Metropolitana de Lisboa, a principal aglomeração populacional da Região, se mantém estável durante as últimas duas décadas, representando cerca de 26% da população do país e 77% da população da RLVT.

A repartição por sexos da população residente na RLVT não sofreu alterações de 1991 para 2001, mantendo-se muito próxima da equidistribuição entre os dois sexos (52% de mulheres e 48% de homens), tal como o País que regista as mesmas percentagens.

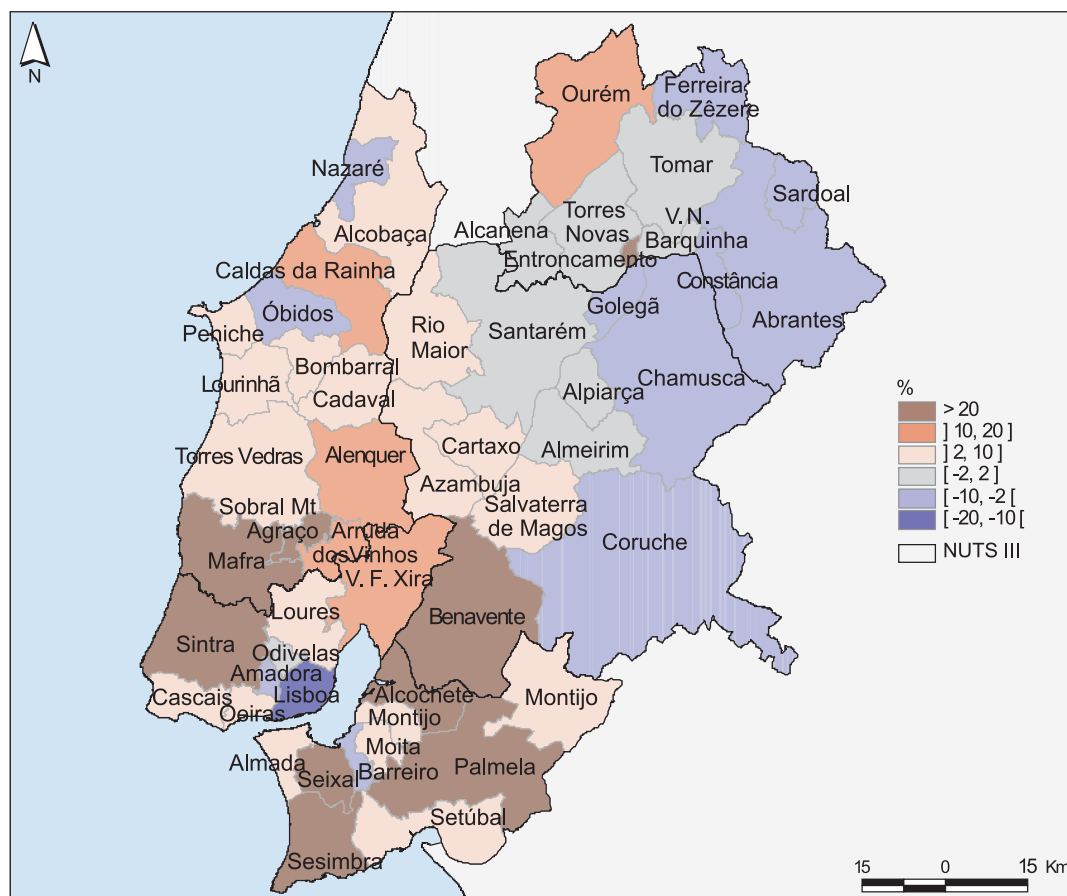
Analisando o padrão concelhio de crescimento populacional, pode-se verificar que este se revelou mais forte nos concelhos que constituem uma segunda coroa exterior a Lisboa e no concelho do Entroncamento, não sendo extensível a todos os concelhos da Região. Assistiu-se a decréscimos populacionais nos concelhos localizados mais a Leste, em alguns concelhos mais urbanos, como Lisboa, Amadora e Barreiro, e ainda nos concelhos da Nazaré e Óbidos da NUTS III do Oeste.

Para além do reforço da ideia anterior, a análise das maiores e menores variações populacionais, ao nível concelhio, entre 1991 e 2001, permite ainda destacar o fortíssimo crescimento de Sintra (em valor absoluto muito semelhante à perda de Lisboa).

¹ Diferença entre nados vivos e óbitos.

² Diferença entre as pessoas que imigraram para o concelho, independentemente da sua origem ser outro concelho do país ou outro país, e as pessoas que emigraram do concelho.

Figura 1 - Taxa de variação da população, por concelho, 1991-2001



Quadro 1 – Maiores aumentos populacionais 1991-2001

Absoluto		Relativo	
Concelho	Nº	Concelho	%
Sintra	102 605	Sintra	39,3
Seixal	33 183	Sesimbra	35,2
Vila Franca de Xira	18 664	Seixal	28,4
Cascais	15 533	Entroncamento	27,4
Mafra	10 554	Alcochete	26,2
Setúbal	9 846	Benavente	26,2

Quadro 2 – Maiores decréscimos populacionais 1991-2001

Absoluto		Relativo	
Concelho	Nº	Concelho	%
Lisboa	-106 597	Lisboa	-16,1
Barreiro	-7 622	Coruche	-10,1
Amadora	-6 986	Barreiro	-8,9
Abrantes	-3 261	Constância	-8,5
Coruche	-2 389	Sardoal	-7,5
Nazaré	-989	Abrantes	-7,1

Lisboa e Sintra mantêm-se, tal como em 1991, como os concelhos mais populosos da Região³, com 556 797 habitantes e 363 556 habitantes, respectivamente. Devido às evoluções populacionais de sentido oposto que estes dois concelhos conheceram na última década, a diferença de habitantes entre ambos diminuiu consideravelmente. Refira-se, ainda, que qualquer um destes concelhos se apresenta mais populoso do que a NUTS III do Médio Tejo ou a da Lezíria do Tejo.

Os concelhos Lisboa e Sintra apresentam-se, em 2001, como os mais populosos de Portugal.

À semelhança de 1991, os concelhos menos populosos da Região, em 2001, são Constância e Sardoal, com 3 816 e 4 098 habitantes, respectivamente.

A decomposição da evolução populacional, ao nível concelhio, em saldo migratório e saldo natural permite retirar as seguintes conclusões:

■ Forte capacidade de atracção populacional da segunda coroa exterior a Lisboa e do concelho do Entroncamento, onde se registam os valores mais elevados de saldos migratórios relativos⁴.

■ Maiores saldos migratórios negativos a registarem-se, paralelamente, nos concelhos mais rurais da Região, localizados no extremo Leste da Região (Coruche, Constância), e nos concelhos mais urbanos, localizados no centro da Área Metropolitana de Lisboa⁵ - AML - (Lisboa, Amadora e Barreiro). Note-se, ainda, que os concelhos de Loures e Odivelas, também localizados na primeira coroa exterior ao concelho de Lisboa, apresentam uma variação populacional positiva na última década devido aos elevados saldos naturais, uma vez que também registam saldos migratórios negativos.

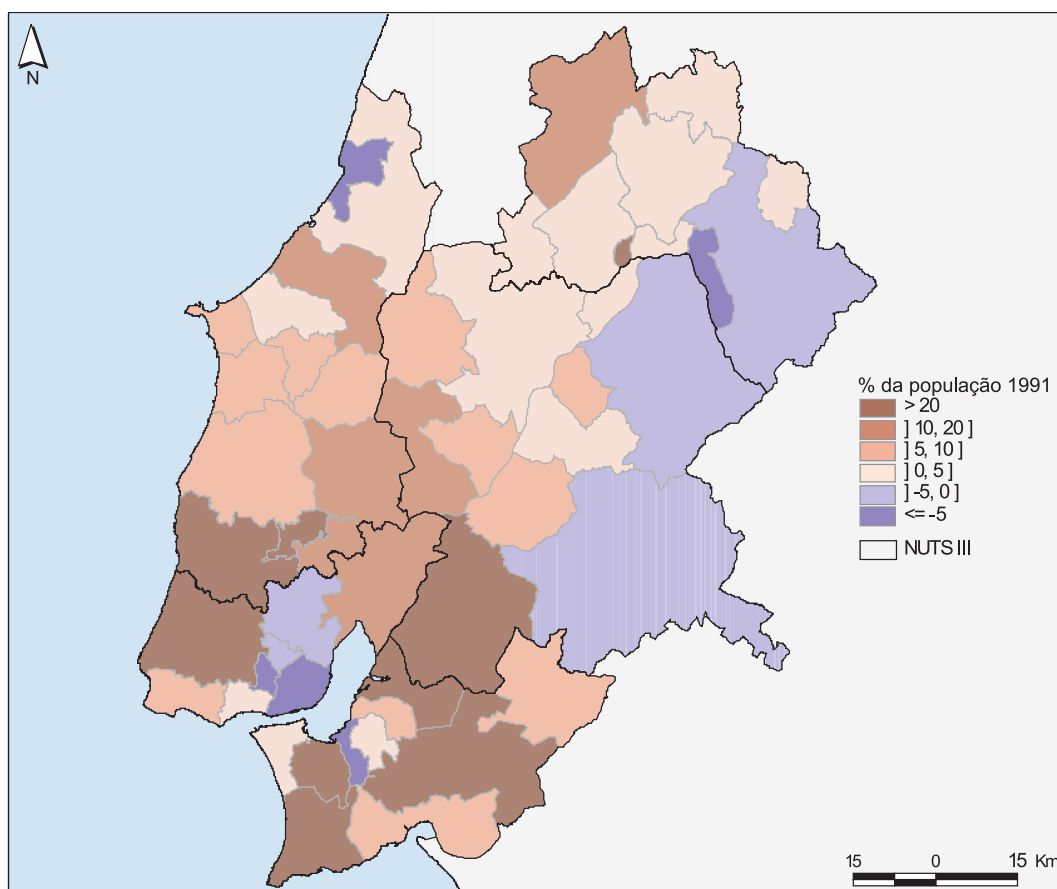
■ Os saldos naturais mais elevados concentram-se nos concelhos da primeira coroa Norte exterior a Lisboa, enquanto os mais reduzidos e negativos se verificam em concelhos mais rurais e localizados essencialmente no extremo Leste da Região.

³ Note-se que esta afirmação de que Sintra era, em 1991, o segundo concelho mais populoso, só é verdadeira, porque se consideraram os novos limites geográficos do concelho de Loures, ou seja, porque se analisa a informação de 1991 considerando a existência do concelho de Odivelas que à data de 1991 estava integrado em Loures. Caso contrário, seria Loures o segundo concelho mais populoso em 1991.

⁴ Relativizados pela população residente de 1991.

⁵ A Área Metropolitana de Lisboa (AML) é formada pelos concelhos de Amadora, Azambuja, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira, da margem Norte do rio Tejo, e Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal, da margem Sul.

Figura 2 - Saldo Migratório, por concelho, 1991-2001

Quadro 3 – Saldos Migratórios 1991-2001
(em % da população de 1991)

Maiores		Menores	
Concelho	%	Concelho	%
Sesimbra	33,5	Lisboa	-11,2
Sintra	30,8	Amadora	-7,9
Alcochete	29,0	Barreiro	-7,7
Sobral M ^{te} Agraço	27,0	Constância	-6,4
Mafra	25,0	Nazaré	-5,6
Benavente	24,6	Coruche	-4,5

Quadro 4 – Saldos Naturais 1991-2001
(em % da população de 1991)

Maiores		Menores	
Concelho	%	Concelho	%
Sintra	8,5	Ferreira do Zêzere	-8,6
Seixal	7,0	Sardoal	-8,4
Odivelas	4,3	Cadaval	-7,0
Vila Franca de Xira	4,2	Golegã	-6,9
Loures	4,1	Chamusca	-6,2
Amadora	4,0	Alpiarça	-5,8

2. A Família

A dimensão média das famílias diminuiu de uma forma generalizada na Região de Lisboa e Vale do Tejo, passando em 2001 a ser de 2,6 membros, quando em 1991 era de 2,9.

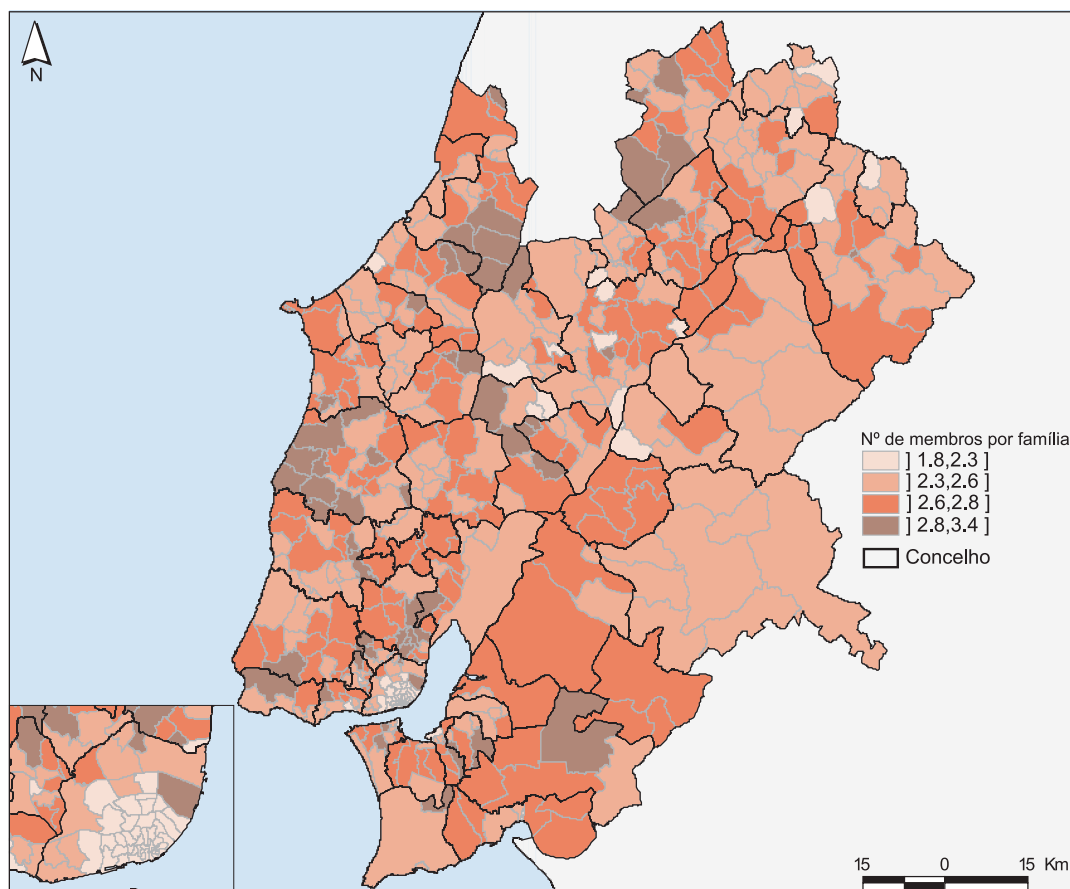
As famílias da Região caracterizam-se por ter, em média, uma dimensão inferior à de Portugal (2,8 membros). A diminuição da dimensão média da família é extensível ao País que, em 1991, apresentava em média 3,1 membros por família.

Esta evolução é, essencialmente, devida aos seguintes factores: a diminuição da taxa de natalidade e,

portanto, a diminuição generalizada do número de filhos; o desmembramento de famílias, expresso, por exemplo, no aumento sustentado da taxa de divorcialidade ao longo da última década; o envelhecimento populacional; o surgimento ou consolidação de novos modelos de família, associados, por exemplo, à forma de vivência dos imigrantes que vêm para o nosso país sem as suas famílias ou com o facto dos jovens se casarem mais tarde.

Os concelhos que registam menores dimensões médias da família são Lisboa (2,3) e Ferreira do Zêzere (2,4), ou seja, simultaneamente, o concelho mais urbano e um dos mais rurais da Região.

Figura 3 - Dimensão média da família, por freguesia, 1991-2001



3. Parque Habitacional

O Parque Habitacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo cresceu, entre 1991 e 2001, 18,6 %, quando avaliado ao nível dos alojamentos, e 11,3% no que respeita a edifícios. A dimensão média dos edifícios⁶ aumentou significativamente na Grande Lisboa, com especial incidência nos concelhos de Lisboa, Sintra, Vila Franca de Xira e Oeiras.

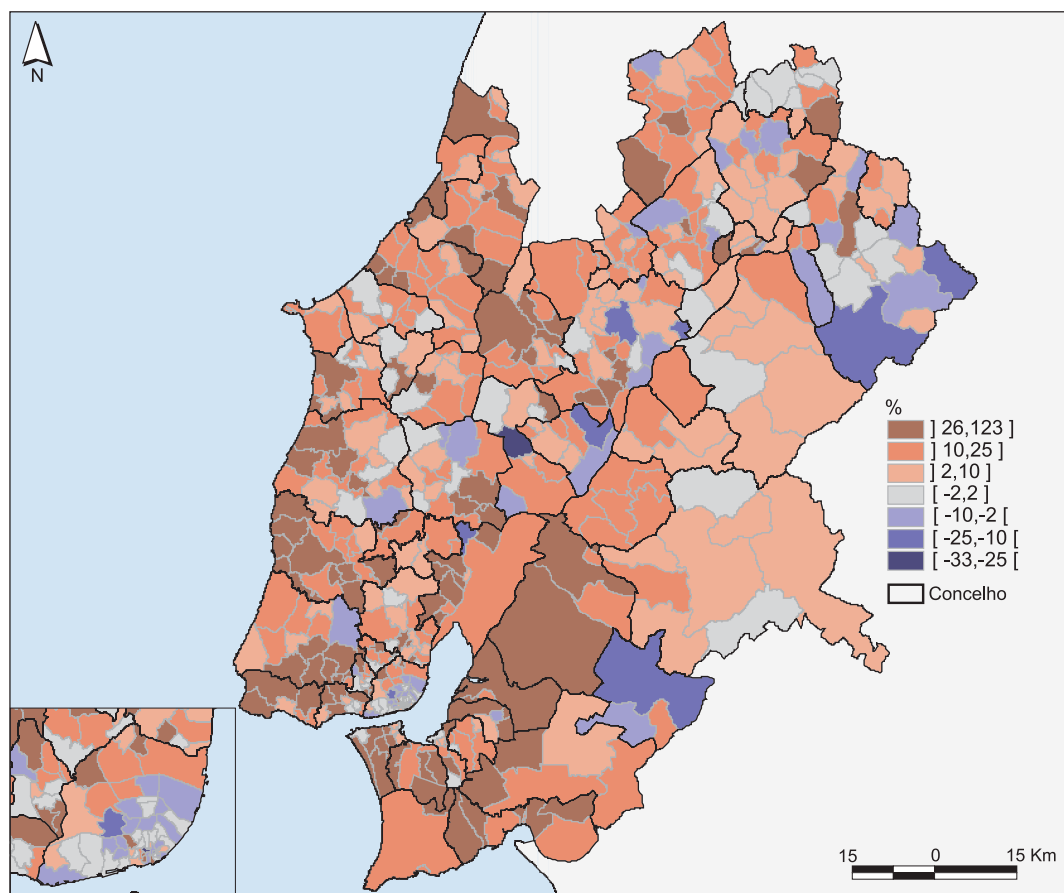
Este crescimento aproxima-se bastante do verificado no País (20,1% para os alojamentos e 11,1% para os edifícios). A dimensão média dos edifícios, em 2001, é na Região de Lisboa e Vale do Tejo muito superior à de Portugal (2,3 contra 1,6 alojamentos por edifício).

Os maiores crescimentos dos alojamentos tendem a concentrar-se numa coroa exterior ao concelho de Lisboa.

As áreas de maior expansão do parque habitacional tendem a ser coincidentes com as de crescimento populacional mais elevado, existindo, contudo, um número considerável de freguesias que apesar de registar diminuições na população residente, apresenta, em simultâneo, aumentos no número de alojamentos. Os dados definitivos dos Censos sobre a forma de ocupação dos alojamentos (residência habitual, uso sazonal ou vago) permitirão compreender a situação do parque habitacional destas freguesias.

13

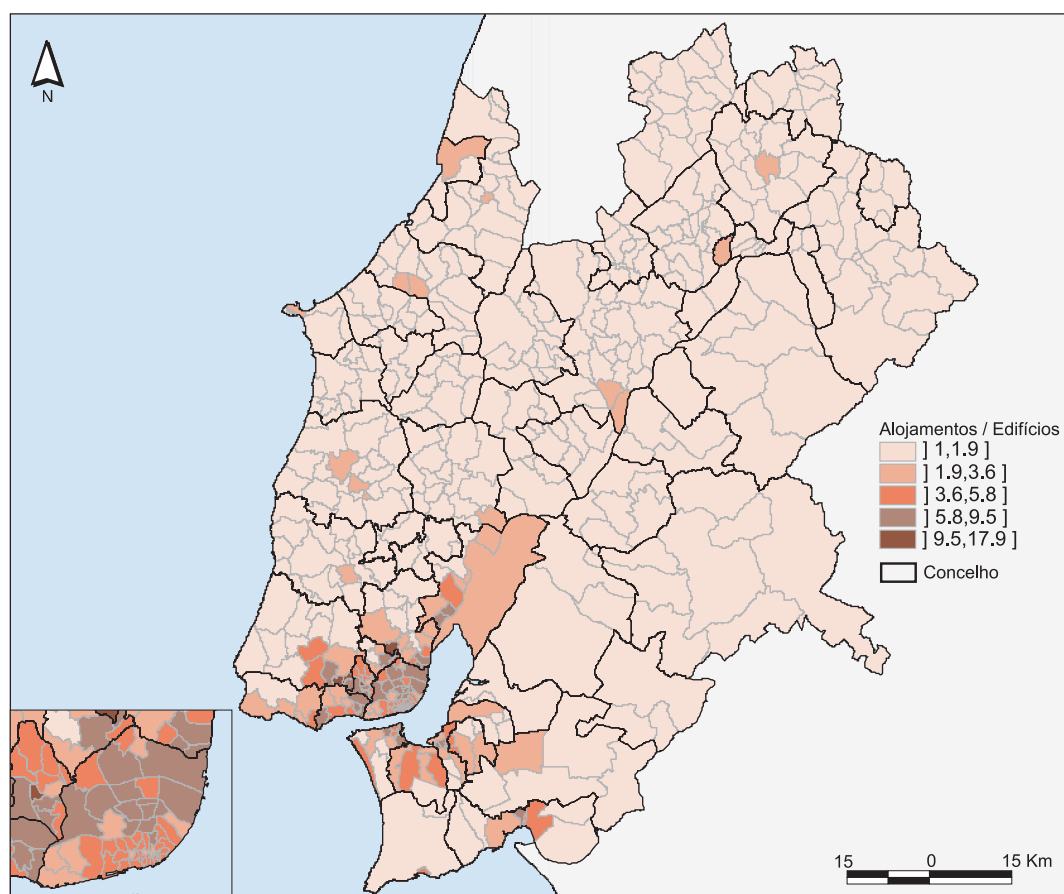
Figura 4 - Taxa de crescimento dos alojamentos, por freguesia, 1991-2001



⁶ Rácio entre alojamentos e edifícios.

Os resultados dos Censos 2001 demonstram uma enorme disparidade ao nível da dimensão média dos edifícios entre o centro da AML, designadamente Lisboa e as áreas adjacentes aos principais eixos de ligação a Lisboa, e o restante território de Lisboa e Vale do Tejo.

Figura 5 - Dimensão média dos edifícios, por freguesia, 2001



Estimativa do excedente de alojamentos

Partindo do pressuposto que a cada família corresponde um alojamento, a diferença entre o número de alojamentos de uma freguesia e o respectivo número de famílias constitui um excedente de alojamentos, podendo tratar-se, por exemplo, de alojamentos de uso sazonal ou de alojamentos vagos. A relativização desse diferencial é efectuada através da sua divisão pelo número de alojamentos da freguesia.

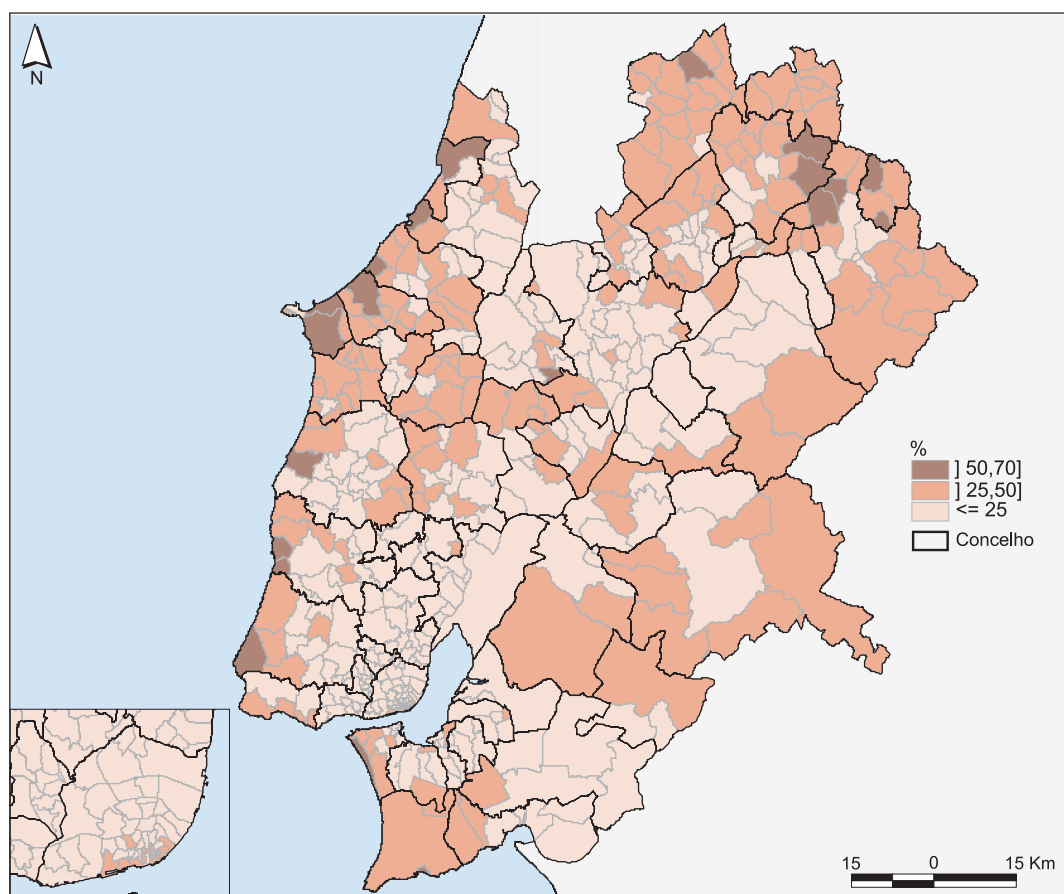
Note-se que, no caso de diversas famílias habitarem o mesmo alojamento, a estimativa efectuada subavalia o excedente de alojamentos.

Esta metodologia foi validada com os resultados dos Censos 1991. A validação consistiu em comparar os valores estimados de excedente de alojamentos para 1991 com os reais valores de excedente (alojamentos de usos sazonal e vagos), tendo-se obtido diferenças negligenciáveis.

Da distribuição espacial da estimativa do excedente de alojamentos ressalta a sua forte concentração na zona costeira de Lisboa e Vale do Tejo, indiciando aqui uma forte presença de alojamentos de uso sazonal (as segundas residências de praia), e na zona mais interior da Região, poden-

do este caso ser explicado por residências secundárias de fim-de-semana ou mesmo por alojamentos deixados vagos pela população que emigrou desta região. Apenas a análise dos resultados definitivos dos Censos permitirá confirmar estes indícios.

Figura 6 - Estimativa de excedente de alojamentos, 2001



4. A Estrutura Territorial

A análise territorial dos resultados preliminares dos Censos 2001 e sua evolução face a 1991, nomeadamente a observação dos mapas, ao nível da freguesia, da densidade populacional em 2001 e da evolução da população na última década, permitem-nos retirar as seguintes conclusões em relação ao padrão territorial da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Verificou-se uma perda populacional do centro da AML paralelamente a fortes crescimentos noutras áreas da Área Metropolitana, essencialmente nos seus concelhos limítrofes (Maфра, Vila Franca de Xira, Azambuja, Sesimbra, Setúbal, Montijo, Alcochete). Assiste-se ao fenómeno a que muitos autores denominam de suburbanização ou periurbanização, caracterizado essencialmente por: aumento populacional nas periferias, nomeadamente em áreas próximas das vias de acesso ao centro, superior ao do centro; existência de fortes movimentos pendulares em direcção ao centro, na medida em que o crescimento das actividades económicas na periferia não acompanha o forte crescimento populacional, questão que poderá ser analisada, posteriormente, com base nos resultados definitivos dos Censos 2001.

Registou-se na última década, um forte crescimento de concelhos tradicionalmente mais rurais que circunscrevem a AML (Alenquer, Arruda dos Vinhos, Benavente e Sobral de Monte Agraço). Este fenómeno da deslocação residencial para zonas menos densamente urbanizadas, mas com boa acessibilidade aos grandes centros, indicia um aumento do grau de urbanização em zonas tradicionalmente mais rurais.

Utilizando a metáfora apresentada por João Ferrão⁷ para sintetizar as duas ideias anteriores, quando da apresentação pública destes resultados, o vulcão da AML esteve em plena erupção durante a última década, tendo aumentado a sua cratera, na medida em que existem mais concelhos do centro que perdem população para além de Lisboa, designadamente Amadora e Barreiro, e também o seu cone, na medida em que os aumentos populacionais se difundem a concelhos cada vez mais distantes do centro da AML, como, por exemplo, Alenquer e Arruda dos Vinhos, formando assim um contínuo urbano cada vez maior.

Consolidaram-se importantes concentrações populacionais: Alenquer, Alcobaça, Caldas da Rainha, Torres Vedras e Peniche na subregião Oeste; Abrantes, Entroncamento e Tomar na subregião do Médio Tejo; Cartaxo e Santarém na subregião da Lezíria do Tejo. Esta consolidação deverá ser, em grande parte dos casos citados, fruto da absorção da população das zonas rurais circundantes, dadas as perdas populacionais por estas registadas, sobretudo nas aglomerações do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo. Mais uma vez parafraseando João Ferrão, a consolidação de alguns destes centros urbanos do interior segue a lógica de crescimento dos eucaliptos, ou seja, hipotecando o crescimento das suas áreas circundantes.

Setúbal afirmou-se enquanto segundo pólo populacional da AML, apresentando forte concentração populacional em 2001 e taxas de crescimento de população e do parque habitacional elevadas.

⁷ Investigador Principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Assistiu-se a uma perda populacional generalizada nas freguesias mais rurais do interior da RLVT, especialmente nos concelhos do extremo Leste da Região.

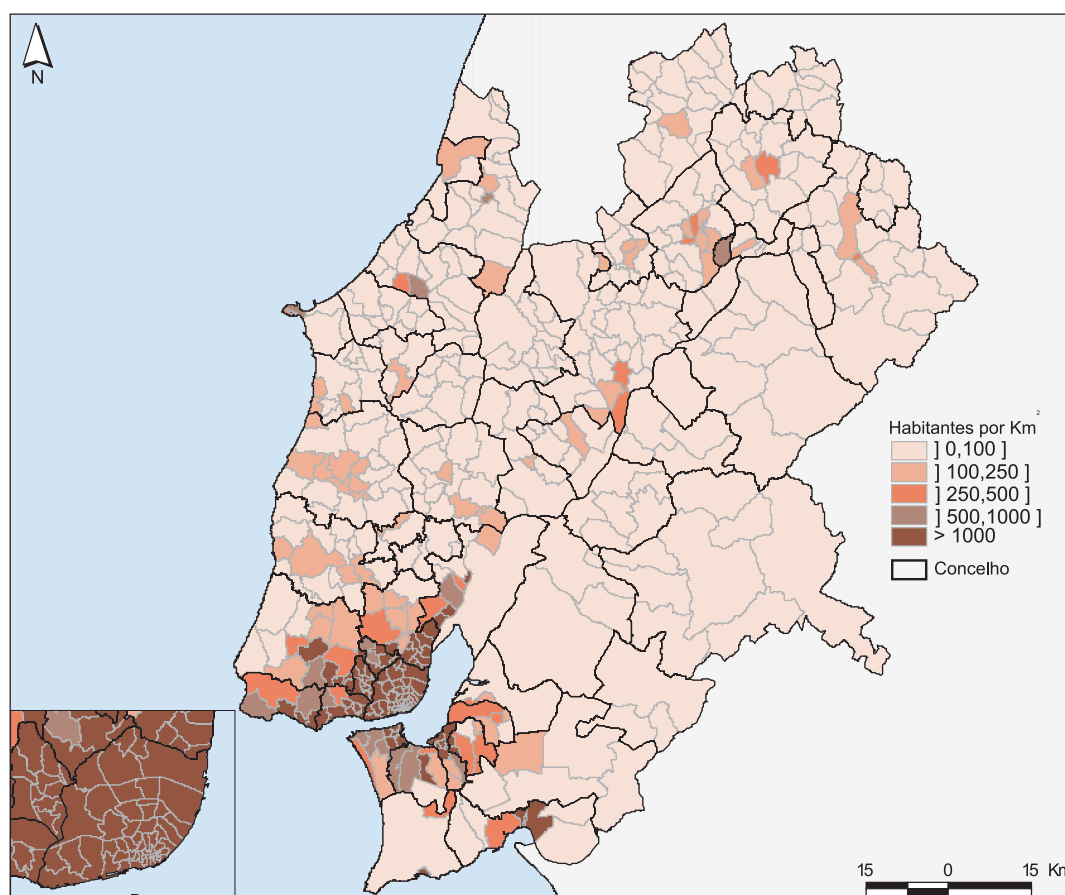
Verificou-se, ainda, uma concentração populacional no litoral da região, embora esta não seja de forma alguma a evolução mais marcante da última década, não só pelo facto de não constituir uma novidade, mas principalmente porque a sua magnitude não o justifica.

Por último uma referência à evolução populacional do concelho de Lisboa, que constitui o núcleo central da AML. Analisando os dois últimos recensea-

mentos, conclui-se que Lisboa perdeu 106 597 habitantes, tendo passado de 663 394 em 1991 para 556 797 em 2001, ou seja, registou uma diminuição de 16,1%, menor do que na década de 80 (17,9%).

Contudo verificamos que o valor da população recenseada em 2001 é superior ao valor da população estimada para 1999, segundo o qual Lisboa registava 517 650 habitantes em 31 de Dezembro desse ano. Esta constatação é relevante, porque significa que se Lisboa continuasse a perder população, devido à migração para outros concelhos⁸, ao ritmo verificado na data do recenseamen-

Figura 7 - Densidade Populacional, por freguesia, 2001



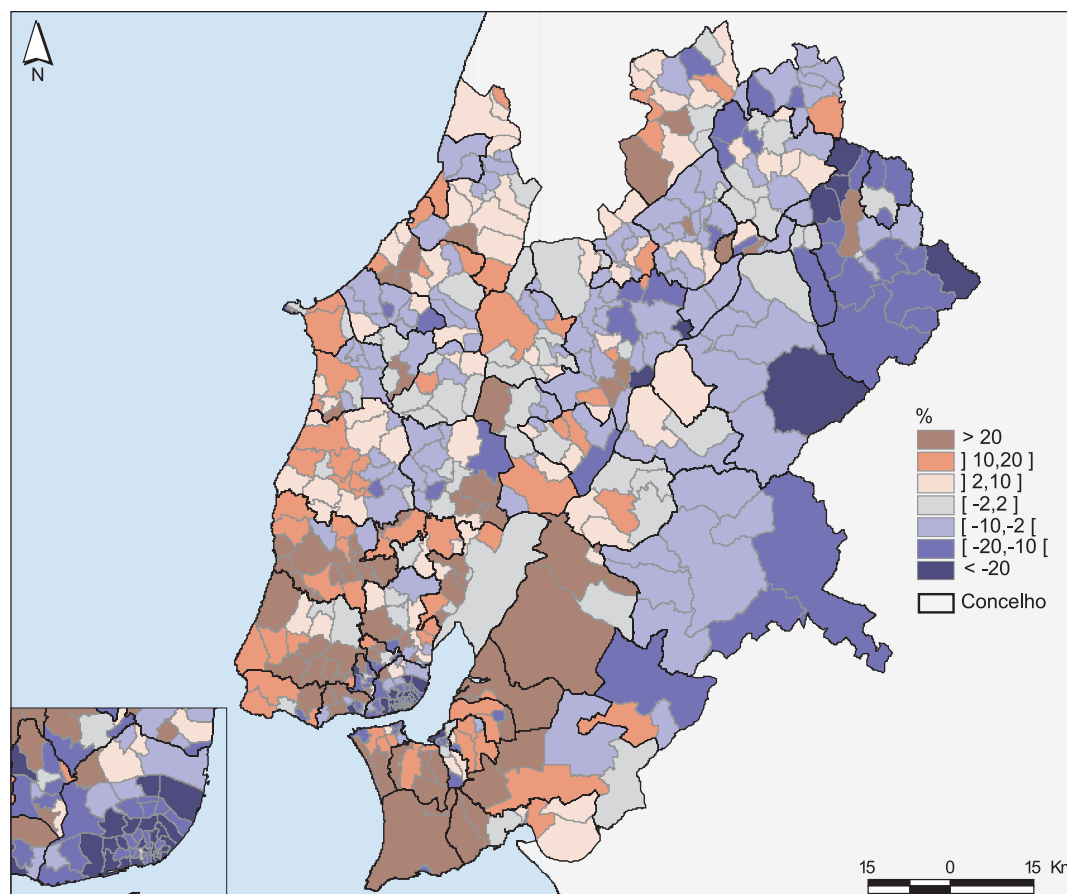
⁸ No cálculo das estimativas da população a componente migratória (interna) apresenta-se como a mais difícil de estimar, sendo calculada com base na extrapolação do saldo migratório verificado no último recenseamento, neste caso de 1991. O Saldo Natural é apurado com enorme precisão, uma vez que resulta da apropriação de registos administrativos de nados-vivos e óbitos.

to de 1991, o efectivo populacional seria em 2001 muito inferior ao recenseado.

Temos assim um indício de que, ou Lisboa inverteu, durante a década de 90, o ciclo de perda

populacional e encontra-se neste momento num ciclo de crescimento demográfico, apesar de ainda não ter atingido o efectivo populacional de 1991, ou Lisboa se mantém num ciclo de decréscimo demográfico, mas a um ritmo consideravelmente inferior ao verificado durante os finais da década de 80.

Figura 8 - Taxa de variação da população, por freguesia, 1991-2001



Anexo 1 - A evolução da população 1991-2001

	População Residente						Variação Populacional 1991-2001		Estrutura Percentual (2001)	
	Total		Homens		Mulheres		nº	%	Portugal =100%	LVT =100%
	1991	2001	1991	2001	1991	2001				
Portugal	9 867 147	10 318 084	4 756 775	4 988 060	5 110 372	5 330 024	450 937	4,6	100,0	-
Lisboa e Vale do Tejo	3 290 795	3 447 173	1 581 171	1 659 215	1 709 624	1 787 958	156 378	4,8	33,4	100,0
Oeste	359 430	393 032	176 876	192 872	182 554	200 160	33 602	9,3	3,8	11,4
Alcobaça	54 382	56 823	26 849	27 909	27 533	28 914	2 441	4,5	0,6	1,6
Alenquer	34 098	39 069	16 790	19 280	17 308	19 789	4 971	14,6	0,4	1,1
Arruda dos Vinhos	9 364	10 360	4 667	5 128	4 697	5 232	996	10,6	0,1	0,3
Bombarral	12 727	13 309	6 247	6 556	6 480	6 753	582	4,6	0,1	0,4
Cadaval	13 516	13 922	6 649	6 806	6 867	7 116	406	3,0	0,1	0,4
Caldas da Rainha	43 205	48 563	20 929	23 397	22 276	25 166	5 358	12,4	0,5	1,4
Lourinhã	21 596	23 140	10 715	11 429	10 881	11 711	1 544	7,1	0,2	0,7
Maфра	43 731	54 285	21 466	26 958	22 265	27 327	10 554	24,1	0,5	1,6
Nazaré	15 313	14 324	7 461	6 957	7 852	7 367	-989	-6,5	0,1	0,4
Óbidos	11 188	10 809	5 611	5 375	5 577	5 434	-379	-3,4	0,1	0,3
Peniche	25 880	27 312	12 717	13 359	13 163	13 953	1 432	5,5	0,3	0,8
Sobral de Mte Agraço	7 245	8 888	3 539	4 324	3 706	4 564	1 643	22,7	0,1	0,3
Torres Vedras	67 185	72 228	33 236	35 394	33 949	36 834	5 043	7,5	0,7	2,1
Grande Lisboa	1 836 484	1 878 006	871 747	894 421	964 737	983 585	41 522	2,3	18,2	54,5
Amadora	181 774	174 788	87 837	83 836	93 937	90 952	-6 986	-3,8	1,7	5,1
Cascais	153 294	168 827	73 461	80 408	79 833	88 419	15 533	10,1	1,6	4,9
Lisboa	663 394	556 797	302 849	254 296	360 545	302 501	-106 597	-16,1	5,4	16,2
Loures	192 143	198 685	94 252	97 262	97 891	101 423	6 542	3,4	1,9	5,8
Odivelas	130 015	132 971	63 136	64 961	66 879	68 010	2 956	2,3	1,3	3,9
Oeiras	151 342	160 147	72 251	76 151	79 091	83 996	8 805	5,8	1,6	4,6
Sintra	260 951	363 556	127 034	177 637	133 917	185 919	102 605	39,3	3,5	10,5
Vila Franca de Xira	103 571	122 235	50 927	59 870	52 644	62 365	18 664	18,0	1,2	3,5
Península de Setúbal	640 493	709 804	312 971	346 251	327 522	363 553	69 311	10,8	6,9	20,6
Alcochete	10 169	12 831	4 965	6 302	5 204	6 529	2 662	26,2	0,1	0,4
Almada	151 783	159 550	73 540	77 236	78 243	82 314	7 767	5,1	1,5	4,6
Barreiro	85 768	78 146	41 863	37 897	43 905	40 249	-7 622	-8,9	0,8	2,3
Moita	65 086	67 064	31 972	32 788	33 114	34 276	1 978	3,0	0,6	1,9
Montijo	36 038	38 541	17 377	18 567	18 661	19 974	2 503	6,9	0,4	1,1
Palmela	43 857	53 258	21 490	26 207	22 367	27 051	9 401	21,4	0,5	1,5
Seixal	116 912	150 095	57 584	73 687	59 328	76 408	33 183	28,4	1,5	4,4
Sesimbra	27 246	36 839	13 656	18 325	13 590	18 514	9 593	35,2	0,4	1,1
Setúbal	103 634	113 480	50 524	55 242	53 110	58 238	9 846	9,5	1,1	3,3
Médio Tejo	221 419	226 009	106 547	108 821	114 872	117 188	4 590	2,1	2,2	6,6
Abrantes	45 697	42 436	22 291	20 594	23 406	21 842	-3 261	-7,1	0,4	1,2
Alcanena	14 373	14 603	6 964	7 128	7 409	7 475	230	1,6	0,1	0,4
Constância	4 170	3 816	2 014	1 853	2 156	1 963	-354	-8,5	0,0	0,1
Entroncamento	14 226	18 127	6 936	8 809	7 290	9 318	3 901	27,4	0,2	0,5
Ferreira do Zêzere	9 954	9 416	4 723	4 509	5 231	4 907	-538	-5,4	0,1	0,3
Ourém	40 185	46 156	19 077	22 077	21 108	24 079	5 971	14,9	0,4	1,3
Sardoal	4 430	4 098	2 151	2 002	2 279	2 096	-332	-7,5	0,0	0,1
Tomar	43 139	42 944	20 569	20 484	22 570	22 460	-195	-0,5	0,4	1,2
Torres Novas	37 692	36 825	18 158	17 671	19 534	19 154	-867	-2,3	0,4	1,1
Vila Nova da Barquinha	7 553	7 588	3 664	3 694	3 889	3 894	35	0,5	0,1	0,2
Lezíria do Tejo	232 969	240 322	113 030	116 850	119 939	123 472	7 353	3,2	2,3	7,0
Almeirim	21 380	21 778	10 311	10 399	11 069	11 379	398	1,9	0,2	0,6
Alpiarça	7 711	7 895	3 702	3 834	4 009	4 061	184	2,4	0,1	0,2
Azambuja	19 568	20 854	9 526	10 565	10 042	10 289	1 286	6,6	0,2	0,6
Benavente	18 335	23 130	9 056	11 455	9 279	11 675	4 795	26,2	0,2	0,7
Cartaxo	22 268	23 338	10 890	11 391	11 378	11 947	1 070	4,8	0,2	0,7
Chamusca	12 282	11 502	5 959	5 573	6 323	5 929	-780	-6,4	0,1	0,3
Coruche	23 634	21 245	11 523	10 316	12 111	10 929	-2 389	-10,1	0,2	0,6
Golegã	6 072	5 745	2 871	2 713	3 201	3 032	-327	-5,4	0,1	0,2
Rio Maior	20 119	21 241	9 851	10 476	10 268	10 765	1 122	5,6	0,2	0,6
Salvaterra de Magos	18 979	20 176	9 285	9 796	9 694	10 380	1 197	6,3	0,2	0,6
Santarém	62 621	63 418	30 056	30 332	32 565	33 086	797	1,3	0,6	1,8

Anexo 2 - A decomposição da evolução da população 1991-2001

	Variação Populacional 1991-2001		Saldo Natural		Saldo Migratório	
	milhares	%	milhares	%	milhares	%
Portugal	450,9	4,6	89,8	0,9	361,2	3,7
Lisboa e Vale do Tejo	156,4	4,8	17,3	0,5	139,1	4,2
Oeste	33,6	9,3	- 4,3	-1,2	37,9	10,5
Alcobaça	2,4	4,5	0,0	-0,1	2,5	4,6
Alenquer	5,0	14,6	- 0,9	-2,6	5,9	17,2
Arruda dos Vinhos	1,0	10,6	- 0,2	-2,6	1,2	13,2
Bombarral	0,6	4,6	- 0,5	-3,7	1,1	8,3
Cadaval	0,4	3,0	- 0,9	-7,0	1,4	10,0
Caldas da Rainha	5,4	12,4	0,2	0,5	5,1	11,9
Lourinhã	1,5	7,1	- 0,2	-0,8	1,7	7,9
Mafra	10,6	24,1	- 0,4	-0,9	10,9	25,0
Nazaré	- 1,0	-6,5	- 0,1	-0,8	- 0,9	-5,6
Óbidos	- 0,4	-3,4	- 0,5	-4,1	0,1	0,7
Peniche	1,4	5,5	0,1	0,3	1,3	5,2
Sobral de Monte Agraço	1,6	22,7	- 0,3	-4,4	2,0	27,0
Torres Vedras	5,0	7,5	- 0,6	-0,8	5,6	8,3
Grande Lisboa	41,5	2,3	23,7	1,3	17,8	1,0
Amadora	- 7,0	-3,8	7,4	4,0	- 14,3	-7,9
Cascais	15,5	10,1	4,4	2,9	11,1	7,2
Lisboa	- 106,6	-16,1	- 32,3	-4,9	- 74,3	-11,2
Loures	6,5	3,4	7,9	4,1	- 1,4	-0,7
Odivelas	3,0	2,3	5,6	4,3	- 2,6	-2,0
Oeiras	8,8	5,8	4,2	2,8	4,6	3,1
Sintra	102,6	39,3	22,3	8,5	80,4	30,8
Vila Franca de Xira	18,7	18,0	4,3	4,2	14,3	13,8
Península de Setúbal	69,3	10,8	11,9	1,9	57,4	9,0
Alcochete	2,7	26,2	- 0,3	-2,9	3,0	29,0
Almada	7,8	5,1	1,3	0,9	6,5	4,3
Barreiro	- 7,6	-8,9	- 1,0	-1,2	- 6,6	-7,7
Moita	2,0	3,0	1,9	3,0	0,1	0,1
Montijo	2,5	6,9	- 0,3	-0,9	2,8	7,8
Palmela	9,4	21,4	0,5	1,1	8,9	20,3
Seixal	33,2	28,4	8,2	7,0	25,0	21,4
Sesimbra	9,6	35,2	0,5	1,7	9,1	33,5
Setúbal	9,8	9,5	1,1	1,1	8,7	8,4
Médio Tejo	4,6	2,1	- 6,6	-3,0	11,2	5,1
Abrantes	- 3,3	-7,1	- 2,1	-4,6	- 1,2	-2,5
Alcanena	0,2	1,6	- 0,4	-3,1	0,7	4,7
Constância	- 0,4	-8,5	- 0,1	-2,1	- 0,3	-6,4
Entroncamento	3,9	27,4	0,4	3,0	3,5	24,4
Ferreira do Zêzere	- 0,5	-5,4	- 0,9	-8,6	0,3	3,2
Ourém	6,0	14,9	- 0,1	-0,3	6,1	15,2
Sardoal	- 0,3	-7,5	- 0,4	-8,4	0,0	0,9
Tomar	- 0,2	-0,5	- 1,5	-3,5	1,3	3,0
Torres Novas	- 0,9	-2,3	- 1,3	-3,5	0,4	1,2
Vila Nova da Barquinha	0,0	0,5	- 0,2	-3,3	0,3	3,7
Lezíria do Tejo	7,4	3,2	- 7,4	-3,2	14,8	6,3
Almeirim	0,4	1,9	- 0,5	-2,3	0,9	4,2
Alpiarça	0,2	2,4	- 0,5	-5,8	0,6	8,2
Azambuja	1,3	6,6	- 0,7	-3,5	2,0	10,1
Benavente	4,8	26,2	0,3	1,5	4,5	24,6
Cartaxo	1,1	4,8	- 0,7	-3,2	1,8	8,0
Chamusca	- 0,8	-6,4	- 0,8	-6,2	0,0	-0,1
Coruche	- 2,4	-10,1	- 1,3	-5,6	- 1,1	-4,5
Golegã	- 0,3	-5,4	- 0,4	-6,9	0,1	1,5
Rio Maior	1,1	5,6	- 0,5	-2,3	1,6	7,9
Salvaterra de Magos	1,2	6,3	- 0,4	-2,0	1,6	8,3
Santarém	0,8	1,3	- 2,0	-3,2	2,8	4,4

Anexo 3 - A evolução das famílias 1991-2001

	Nº de Famílias			Dimensão Média das Famílias		
	1991	2001	var. %	1991	2001	diferença
Portugal	3 149 803	3 734 056	18,5	3,1	2,8	-0,4
Lisboa e Vale do Tejo	1 125 401	1 318 241	17,1	2,9	2,6	-0,3
Oeste	121 103	145 269	20,0	3,0	2,7	-0,3
Alcobaça	17 860	20 422	14,3	3,0	2,8	-0,3
Alenquer	11 730	14 560	24,1	2,9	2,7	-0,2
Arruda dos Vinhos	3 299	3 883	17,7	2,8	2,7	-0,2
Bombarral	4 478	5 173	15,5	2,8	2,6	-0,3
Cadaval	4 712	5 143	9,1	2,9	2,7	-0,2
Caldas da Rainha	14 985	18 991	26,7	2,9	2,6	-0,3
Lourinhã	7 182	8 438	17,5	3,0	2,7	-0,3
Maфра	14 818	20 239	36,6	3,0	2,7	-0,3
Nazaré	5 171	5 324	3,0	3,0	2,7	-0,3
Óbidos	3 716	3 969	6,8	3,0	2,7	-0,3
Peniche	8 674	9 930	14,5	3,0	2,8	-0,2
Sobral de Monte Agraço	2 546	3 347	31,5	2,8	2,7	-0,2
Torres Vedras	21 932	25 850	17,9	3,1	2,8	-0,3
Grande Lisboa	634 745	730 136	15,0	2,9	2,6	-0,3
Amadora	62 048	67 039	8,0	2,9	2,6	-0,3
Cascais	51 215	63 144	23,3	3,0	2,7	-0,3
Lisboa	245 414	238 427	-2,8	2,7	2,3	-0,4
Loures	61 991	71 564	15,4	3,1	2,8	-0,3
Odivelas	42 354	49 462	16,8	3,1	2,7	-0,4
Oeiras	51 287	61 831	20,6	3,0	2,6	-0,4
Sintra	86 503	133 893	54,8	3,0	2,7	-0,3
Vila Franca de Xira	33 933	44 776	32,0	3,1	2,7	-0,3
Península de Setúbal	212 957	265 300	24,6	3,0	2,7	-0,3
Alcochete	3 453	4 856	40,6	2,9	2,6	-0,3
Almada	51 176	61 324	19,8	3,0	2,6	-0,4
Barreiro	29 069	29 937	3,0	3,0	2,6	-0,3
Moita	21 058	23 935	13,7	3,1	2,8	-0,3
Montijo	12 445	14 853	19,3	2,9	2,6	-0,3
Palmela	14 538	19 268	32,5	3,0	2,8	-0,3
Seixal	37 448	54 460	45,4	3,1	2,8	-0,4
Sesimbra	8 965	13 767	53,6	3,0	2,7	-0,4
Setúbal	34 805	42 900	23,3	3,0	2,6	-0,3
Médio Tejo	75 990	85 165	12,1	2,9	2,7	-0,3
Abrantes	15 852	16 199	2,2	2,9	2,6	-0,3
Alcanena	4 954	5 501	11,0	2,9	2,7	-0,2
Constância	1 396	1 384	-0,9	3,0	2,8	-0,2
Entroncamento	4 981	6 728	35,1	2,9	2,7	-0,2
Ferreira do Zêzere	3 674	3 863	5,1	2,7	2,4	-0,3
Ourém	13 071	16 532	26,5	3,1	2,8	-0,3
Sardoal	1 644	1 614	-1,8	2,7	2,5	-0,2
Tomar	15 206	16 835	10,7	2,8	2,6	-0,3
Torres Novas	12 700	13 699	7,9	3,0	2,7	-0,3
Vila Nova da Barquinha	2 512	2 810	11,9	3,0	2,7	-0,3
Lezíria do Tejo	80 606	92 371	14,6	2,9	2,6	-0,3
Almeirim	7 323	8 506	16,2	2,9	2,6	-0,4
Alpiarça	2 769	3 022	9,1	2,8	2,6	-0,2
Azambuja	6 671	7 532	12,9	2,9	2,8	-0,2
Benavente	6 224	8 508	36,7	2,9	2,7	-0,2
Cartaxo	7 558	8 983	18,9	2,9	2,6	-0,3
Chamusca	4 414	4 530	2,6	2,8	2,5	-0,2
Coruche	8 745	8 419	-3,7	2,7	2,5	-0,2
Golegã	2 095	2 143	2,3	2,9	2,7	-0,2
Rio Maior	6 718	8 209	22,2	3,0	2,6	-0,4
Salvaterra de Magos	6 304	7 216	14,5	3,0	2,8	-0,2
Santarém	21 785	25 303	16,1	2,9	2,5	-0,4

Anexo 4 - A evolução do parque habitacional 1991-2001

	Edifícios			Alojamentos			Nº médio de alojamentos por edifício		
	1991	2001	var. %	1991	2001	var. %	1991	2001	diferença
Portugal	2 861 719	3 179 534	11,1	4 193 892	5 036 149	20,1	1,5	1,6	0,1
Lisboa e Vale do Tejo	656 969	731 287	11,3	1 438 588	1 705 660	18,6	2,2	2,3	0,1
Oeste	139 318	158 394	13,7	172 896	212 029	22,6	1,2	1,3	0,1
Alcobaça	20 349	23 895	17,4	23 455	29 232	24,6	1,2	1,2	0,1
Alenquer	12 988	13 941	7,3	15 680	19 106	21,8	1,2	1,4	0,2
Arruda dos Vinhos	3 435	3 877	12,9	4 213	4 966	17,9	1,2	1,3	0,1
Bombarral	5 405	5 764	6,6	6 008	6 778	12,8	1,1	1,2	0,1
Cadaval	6 475	7 152	10,5	6 768	7 665	13,3	1,0	1,1	0,0
Caldas da Rainha	13 917	16 706	20,0	20 123	25 717	27,8	1,4	1,5	0,1
Lourinhã	9 496	11 209	18,0	10 953	13 964	27,5	1,2	1,2	0,1
Mafra	17 831	22 289	25,0	22 448	30 273	34,9	1,3	1,4	0,1
Nazaré	6 623	5 966	-9,9	8 777	9 838	12,1	1,3	1,6	0,3
Óbidos	5 443	5 909	8,6	5 604	6 194	10,5	1,0	1,0	0,0
Peniche	9 694	10 207	5,3	14 123	16 739	18,5	1,5	1,6	0,2
Sobral de Monte Agraço	2 698	3 421	26,8	3 262	4 328	32,7	1,2	1,3	0,1
Torres Vedras	24 964	28 058	12,4	31 482	37 229	18,3	1,3	1,3	0,1
Grande Lisboa	217 181	234 028	7,8	769 224	895 377	16,4	3,5	3,8	0,3
Amadora	12 120	14 549	20,0	71 785	80 169	11,7	5,9	5,5	-0,4
Cascais	31 061	37 008	19,1	72 152	89 082	23,5	2,3	2,4	0,1
Lisboa	62 041	56 305	-9,2	279 234	288 195	3,2	4,5	5,1	0,6
Loures	26 283	28 174	7,2	74 352	84 718	13,9	2,8	3,0	0,2
Odivelas	12 210	14 439	18,3	50 864	56 949	12,0	4,2	3,9	-0,2
Oeiras	15 355	16 325	6,3	64 723	75 286	16,3	4,2	4,6	0,4
Sintra	44 729	52 313	17,0	114 247	166 936	46,1	2,6	3,2	0,6
Vila Franca de Xira	13 382	14 915	11,5	41 867	54 042	29,1	3,1	3,6	0,5
Península de Setúbal	122 794	146 188	19,1	286 230	359 080	25,5	2,3	2,5	0,1
Alcochete	3 232	3 538	9,5	4 477	6 111	36,5	1,4	1,7	0,3
Almada	25 915	30 599	18,1	73 892	91 198	23,4	2,9	3,0	0,1
Barreiro	10 141	10 503	3,6	34 196	37 815	10,6	3,4	3,6	0,2
Moita	9 962	10 650	6,9	26 407	30 251	14,6	2,7	2,8	0,2
Montijo	10 651	11 061	3,8	16 246	19 320	18,9	1,5	1,7	0,2
Palmela	14 554	17 648	21,3	19 467	26 234	34,8	1,3	1,5	0,1
Seixal	17 945	25 471	41,9	50 342	68 770	36,6	2,8	2,7	-0,1
Sesimbra	12 364	15 687	26,9	18 112	24 372	34,6	1,5	1,6	0,1
Setúbal	18 030	21 031	16,6	43 091	55 009	27,7	2,4	2,6	0,2
Médio Tejo	90 739	98 667	8,7	107 202	122 203	14,0	1,2	1,2	0,1
Abrantes	18 858	18 678	-1,0	22 163	22 796	2,9	1,2	1,2	0,0
Alcanena	5 726	6 146	7,3	6 418	7 225	12,6	1,1	1,2	0,1
Constância	1 515	1 698	12,1	1 774	1 910	7,7	1,2	1,1	0,0
Entroncamento	3 055	3 872	26,7	6 324	8 692	37,4	2,1	2,2	0,2
Ferreira do Zêzere	5 847	6 393	9,3	6 009	6 705	11,6	1,0	1,0	0,0
Ourém	18 706	21 969	17,4	20 491	26 064	27,2	1,1	1,2	0,1
Sardoal	2 372	2 578	8,7	2 493	2 728	9,4	1,1	1,1	0,0
Tomar	17 627	19 160	8,7	21 686	23 989	10,6	1,2	1,3	0,0
Torres Novas	14 167	14 962	5,6	16 610	18 284	10,1	1,2	1,2	0,0
Vila Nova da Barquinha	2 866	3 211	12,0	3 234	3 810	17,8	1,1	1,2	0,1
Lezíria do Tejo	86 937	94 010	8,1	103 036	116 971	13,5	1,2	1,2	0,1
Almeirim	7 683	8 207	6,8	8 869	9 991	12,7	1,2	1,2	0,1
Alpiarça	2 876	3 265	13,5	3 246	3 691	13,7	1,1	1,1	0,0
Azambuja	8 786	8 095	-7,9	9 908	9 791	-1,2	1,1	1,2	0,1
Benavente	6 411	7 743	20,8	8 662	11 481	32,5	1,4	1,5	0,1
Cartaxo	8 652	8 991	3,9	10 245	11 201	9,3	1,2	1,2	0,1
Chamusca	5 148	5 568	8,2	5 588	5 931	6,1	1,1	1,1	0,0
Coruche	9 651	10 172	5,4	10 511	11 237	6,9	1,1	1,1	0,0
Golegã	2 652	2 724	2,7	2 801	2 932	4,7	1,1	1,1	0,0
Rio Maior	7 093	8 497	19,8	8 367	10 403	24,3	1,2	1,2	0,0
Salvaterra de Magos	7 600	8 828	16,2	8 160	9 512	16,6	1,1	1,1	0,0
Santarém	20 385	21 920	7,5	26 679	30 801	15,5	1,3	1,4	0,1

Acessibilidades e Construção na Área Metropolitana de Lisboa, 1991-2001

Resumo

As regiões metropolitanas constituem, nos dias de hoje, espaços privilegiados de inovação para onde confluem pessoas e bens. Uma das abordagens recorrentes na discussão da formação de espaços metropolitanos reside na tensão entre as vertentes económica, demográfica e social, materializada na concorrência pelo espaço disponível.

Na presente discussão procuramos mostrar e medir a influência das principais vias rodoviárias nos processos de expansão urbana da Área Metropolitana de Lisboa no período 1991-2001. Esta relação tem constituído um factor-chave para a explicação da evolução dos territórios metropolitanos, mas a sua influência raramente tem sido expressa quantitativamente. Exploramos aqui uma das abordagens possíveis na análise desta associação.

Os resultados obtidos evidenciam a existência de uma associação entre a densidade de alojamentos e a área de influência das estradas e dos nós que as constituem. Apesar disso, não permitem inferir de forma inequívoca a relação entre o crescimento dos alojamentos e a construção de novas estradas. É sabido, no entanto, que a “resposta” da dotação deste tipo de equipamentos não é imediata e que a explicação do aumento de alojamentos é bastante mais complexa. Esta discussão integra-se, por isso, noutra mais ampla que tem vindo a ser recentrada pela geografia e outras ciências de âmbito regional e urbano: a modelização das teorias sobre expansão urbana.

Ana Alexandrino da Silva
Direcção Regional de Lisboa e
Vale do Tejo/INE

Francisco Vala
Direcção Regional de Lisboa e
Vale do Tejo/INE

1. Uma primeira abordagem do problema¹

A formação de territórios metropolitanos depende do grau de integração de espaços de reprodução económica, social e demográfica. Estes territórios são, geralmente, o motor de regiões mais amplas e constituem, por isso, espaços de atracção, quer de actividades produtivas, quer de populações. Um dos principais problemas da metropolização numa região é a pressão sobre o espaço disponível exercida pela “competição” das dimensões económica, social e demográfica.

A problemática acima descrita tem sido abordada sob diversos prismas; um deles é a análise simples da morfologia espacial nas suas diferentes componentes. De facto, a composição do território é uma das formas mais directas de avaliar a formação (e alteração) destes espaços de reprodução e, neste sentido, a análise da expansão urbana é por si só um excelente indicador.

Sabe-se igualmente, que os modelos clássicos de explicação da organização do território sempre assentaram na não coincidência entre áreas residenciais, laborais, e de consumo ou lazer, que interagem entre si através de meios de comunicação. Nesta óptica, as redes de transporte funcionam como meios de mobilidade entre os diferentes espaços de vivência social, servindo desta forma como canais privilegiados de expansão urbana.

Este estudo não abrange a totalidade dos espaços funcionais, apenas se refere ao espaço de habitação; note-se que nesta discussão não é possível apreender se a evolução do espaço de habitação se deve ao aumento da construção ou se sur-

ge como compensação de alterações da funcionalidade do espaço construído já existente, como sejam, a reconversão de espaços habitacionais em espaços de actividades económicas. De igual forma, as redes de comunicação são aqui particularizadas em vias rodoviárias de nível superior, por se assumir serem as que mais estruturam a organização do espaço à escala metropolitana.

Resumindo, a questão que se procura abordar é em que medida a evolução do parque habitacional da Área Metropolitana de Lisboa está relacionada com a rede rodoviária?

2. Uma década de evolução intra-metropolitana diferenciada

A Área Metropolitana de Lisboa (AML) concentra em 2001 cerca de 2 milhões e setecentos mil habitantes. Apesar de conter mais 123 mil habitantes do que em 1991, o peso da AML no país mantém-se estável. Da mesma forma, verifica-se ao longo desta última década um aumento do número de alojamentos² na ordem dos 207 mil. A taxa de crescimento dos alojamentos entre 1991 e 2001 (19%) ultrapassa largamente a taxa de crescimento da população (4,8%), sendo esta uma evolução coerente com a diminuição ligeira do número de indivíduos por alojamento (2,3 para 2,1).

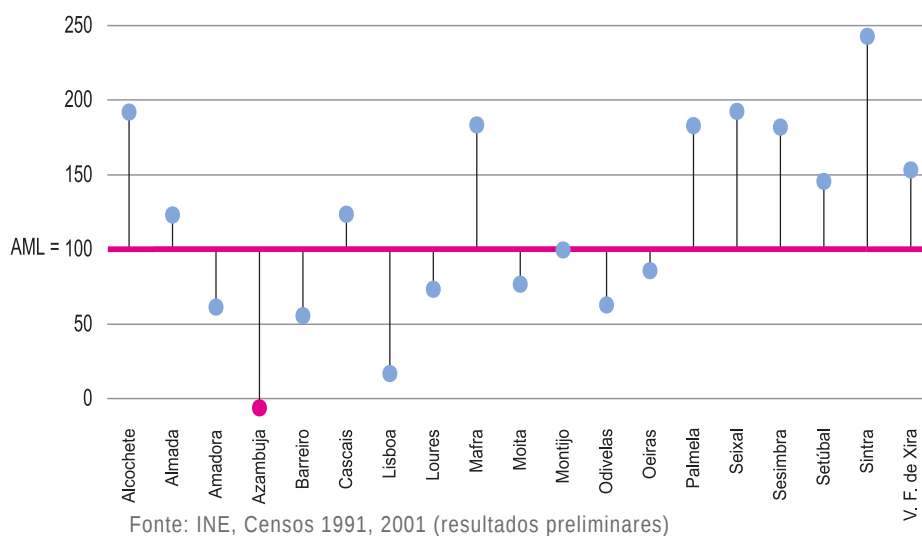
O aumento do parque habitacional na AML fez-se de forma heterogénea pelos concelhos que a integram. Os aumentos mais acentuados registam-se nos concelhos de Alcochete, Mafra, Palmela, Seixal, Sesimbra e Sintra, com taxas de crescimento

¹ Os autores agradecem ao Gabinete de Cartografia, e em particular ao Dr. Francisco Caldeira, o apoio prestado no tratamento da informação geográfica.

² Local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina à habitação humana e, no momento censitário, não está a ser utilizado totalmente para outros fins; ou qualquer outro local que, no momento censitário, estivesse a ser utilizado como residência de pessoas.

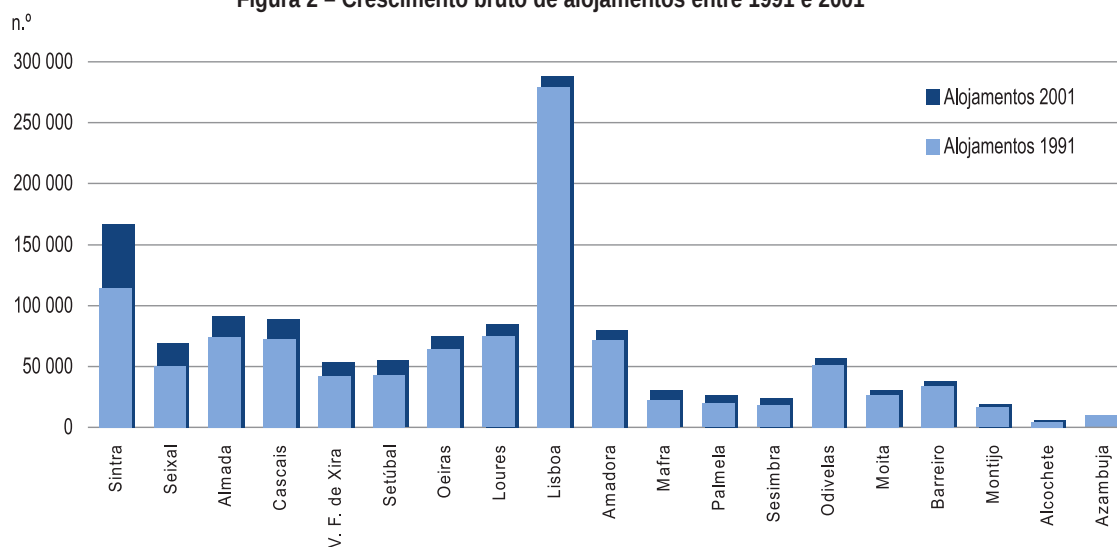
superiores a 30%. Refira-se que nos concelhos contíguos à capital a evolução não se processou com o mesmo dinamismo. Estes dados parecem, assim, apontar para uma desaceleração do crescimento na primeira coroa da AML que não será alheia, por um lado, à crescente saturação do espaço disponível para construção, e por outro, à competição entre espaços de habitação e espaços de actividade económica.

**Figura 1 – Taxa de crescimento dos alojamentos entre 1991 e 2001
(comparação face à taxa de crescimento da Área Metropolitana de Lisboa)**



Contudo, a análise em termos absolutos permite constatar que a maioria dos alojamentos construídos nesta última década se localiza em concelhos próximos de Lisboa, onde a construção existente assumia já proporções consideráveis. Os concelhos de Sintra, Almada, Seixal e Cascais foram responsáveis por mais de metade da construção de novos alojamentos na AML, o primeiro com um incremento na ordem dos 50 mil, enquanto que os restantes aumentaram o seu parque habitacional em mais de 15 mil alojamentos.

Figura 2 – Crescimento bruto de alojamentos entre 1991 e 2001



O período que decorreu entre os dois momentos censitários foi também caracterizado por uma ampliação sem paralelo da rede de estradas. Na AML, a rede de auto-estradas e de outras estradas com separador central mais que duplicou a existente em 1991. Os eixos viários de acesso aos concelhos que circundam Lisboa só adquiriram características de via rápida nesta última década. Anteriormente, estes concelhos detinham uma reduzida acessibilidade pois eram, na sua generalidade, servidos por estradas principais ou secundárias com pouca capacidade de escoamento rodoviário.

Quadro 1 – Dimensão da rede rodoviária da AML e principais estradas

	1991	2001	Evolução 1991-2001
TOTAL	153 km	379 km	226 Km
Auto-estradas	113 km	263 km	150 Km
Estradas com separador central	140 km	216 km	76 Km

Fonte: Instituto Geográfico do Exército, Carta Militar Itinerária (cálculos dos autores)

Para além do aumento da dimensão da rede de estradas de nível superior, verificam-se alterações substanciais na própria estrutura topológica da rede. Analisando estritamente as auto-estradas e as estradas com separador central, em 1991 (Figura 5), a rede da AML pode ser descrita por duas redes em árvore, independentes. Ora em 2001 (Figura 8), a rede apresenta já dez circuitos: oito deles na margem norte, um na margem sul, e um de integração das duas margens. Apesar de ser ainda notória uma oposição do nível de acessibilidades Norte – Sul e uma estrutura centrada em Lisboa, parece ficar claro o significativo aumento das acessibilidades no conjunto do espaço metropolitano.

3. Informação e metodologia utilizada

A fonte de informação relativa aos alojamentos é proveniente dos recenseamentos gerais da população e habitação de 1991 e 2001 (dados preliminares). A opção pelos dados censitários deve-se, não só, a um maior rigor na tentativa de mensurar a evolução efectiva do parque habitacional mas também à necessidade de considerar um intervalo temporal suficientemente abrangente para identificar, de forma sustentada, processos de transformação do espaço metropolitano.

A informação geográfica que está na base da análise espacial é proveniente de duas fontes:

■ Para a base administrativa foi utilizada a cobertura de freguesias e concelhos da Direcção Geral do Ambiente (DGA), à data de 1998.

■ A informação relativa à rede rodoviária extraiu-se da Carta Militar Itinerária – Continente (Edição 1, 1999), em suporte digital do Instituto Geográfico do Exército (IGEOE), à escala 1:500 000.

A representação cartográfica da rede viária existente à data de 1991, construída pelos autores, teve por base a informação sobre a data de abertura dos lances das auto-estradas e estradas com separador central, proveniente, respectivamente, da BRISA – Auto-estradas de Portugal e do Instituto de Estradas de Portugal.

Para a análise da relação entre o parque habitacional e as vias de comunicação rodoviárias tomaram-se as seguintes decisões:

■ Restringir a análise à AML legal. Foi nesta parcela de território que se deu a maior expansão da rede rodoviária de nível superior ao longo da

última década, ainda que se saiba que os processos de formação da região metropolitana de Lisboa abarcam uma área maior³. Não é, no entanto, objecto deste estudo reflectir sobre quais deveriam ser os limites da Área Metropolitana de Lisboa.

■ Utilizar a desagregação administrativa mais fina: a freguesia. Não se aumentou a escala de análise devido à fragilidade dos dados preliminares para estes níveis de desagregação geográfica⁴.

■ Não considerar instrumentos de planeamento que regem a urbanização do espaço e que distinguem classes de espaço susceptíveis de serem construídas ou não. Todavia, sabe-se que estes são factores condicionantes na expansão do espaço urbano, não havendo por isso uma relação exclusiva entre o crescimento de alojamentos e a influência das principais vias rodoviárias. Nomeadamente, os parques apresentados na Figura 3 têm apenas um carácter indicativo.

Figura 3 – Base administrativa da Área Metropolitana de Lisboa e Áreas Protegidas



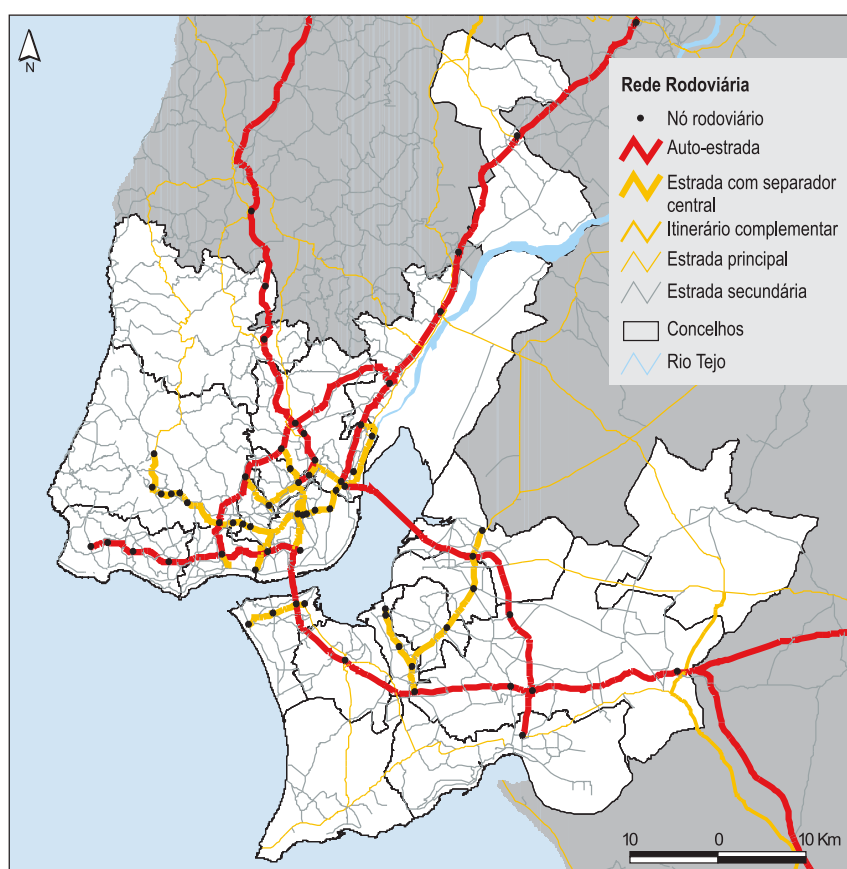
Fonte: Áreas protegidas - Instituto da Conservação da Natureza (ICN); Base administrativa (DGA).

³ Veja-se a este respeito: Ferrão et al. (2001) e Ferreira et al. (1999).

⁴ Os níveis de desagregação espacial inferiores à freguesia são as unidades territoriais estatísticas: *secção* e *subsecção*. Para análises comparativas dos dois momentos censitários dever-se-ia usar a *base mínima comum*.

Da base de estradas do IGEOE, reter para análise apenas as auto-estradas, outras estradas com separador central e respectivos nós de acesso. Considera-se que as restantes vias de comunicação têm menor influência na estruturação do espaço construído, à escala metropolitana. Refira-se, ainda, que apesar das estradas retratadas na Figura 4 datarem de 1999, as auto-estradas e estradas com separador central mantêm-se actualizadas em 2001, dado que não houve construção posterior.

Figura 4 – Rede rodoviária da Área Metropolitana de Lisboa



Fonte: Carta Militar (IGEOE).

Seleccionar o alojamento como unidade de medida aproximada da construção com destino à habitação. Tal deve-se ao facto desta variável ser a mais fina unidade de análise do parque habitacional, sendo por isso aquela que mais fielmente traduz a ocupação do espaço construído para habitação. Note-se que um aumento ou diminuição dos alojamentos não significa exclusivamente construção ou demolição de alojamentos, poderá também significar alteração de uso de espaço habitacional para outras funções; mas entende-se que estes casos são marginais e não afectam significativamente a análise.

Na tentativa de mensurar a área de influência das vias rodoviárias de nível superior, distinguiu-se, numa primeira fase, as estradas propriamente ditas dos respectivos nós de acesso, partindo da hipótese que é junto a estes últimos que se tende a processar uma maior concentração de alojamentos. Assume-se, assim, que estes equipamentos tendem a desenvolver estruturas de povoamento lineares em torno dos troços rodoviários, e que as limitações de acesso a estas vias convertem os nós em focos de aglutinação de alojamentos, dado o seu elevado grau de acessibilidade. A calibração da área de influência das vias de comunicação foi feita de forma iterativa atingindo-se os valores óptimos com um zonamento de 1000 metros em torno das estradas e 3000 em torno dos nós de acesso às mesmas.

A metodologia seguida no estudo da relação que se pretende demonstrar baseia-se, em primeiro lugar, na necessidade de manipular dados comparáveis ao nível da freguesia. Assim, com vista a obter um valor para cada freguesia que identificasse a sua acessibilidade, calculou-se a percentagem de área desta unidade administrativa abrangida pela área de influência das vias rodoviárias mais importantes.

Em segundo lugar, optou-se por medir o grau de associação linear entre duas variáveis através do coeficiente de correlação de Pearson, que exprimisse a existência, ou não, de uma relação entre a densidade de fogos e a influência das vias de comunicação.

Excluíram-se as freguesias de Lisboa da análise, não só pela sua influência enviesadora nos resultados, mas sobretudo porque se entende que a elevada densidade de alojamentos neste concelho não está relacionada com as vias de comunicação rodoviária mas sim com o facto de ser a capital administrativa e económica do país e funcionar como o grande pólo dinamizador da AML.

4. A Área Metropolitana de Lisboa em 1991

Sendo o objecto deste estudo a construção de locais de residência para os habitantes da área metropolitana, é de todo o interesse encetar a análise pela densidade de alojamentos nas freguesias da AML em 1991.

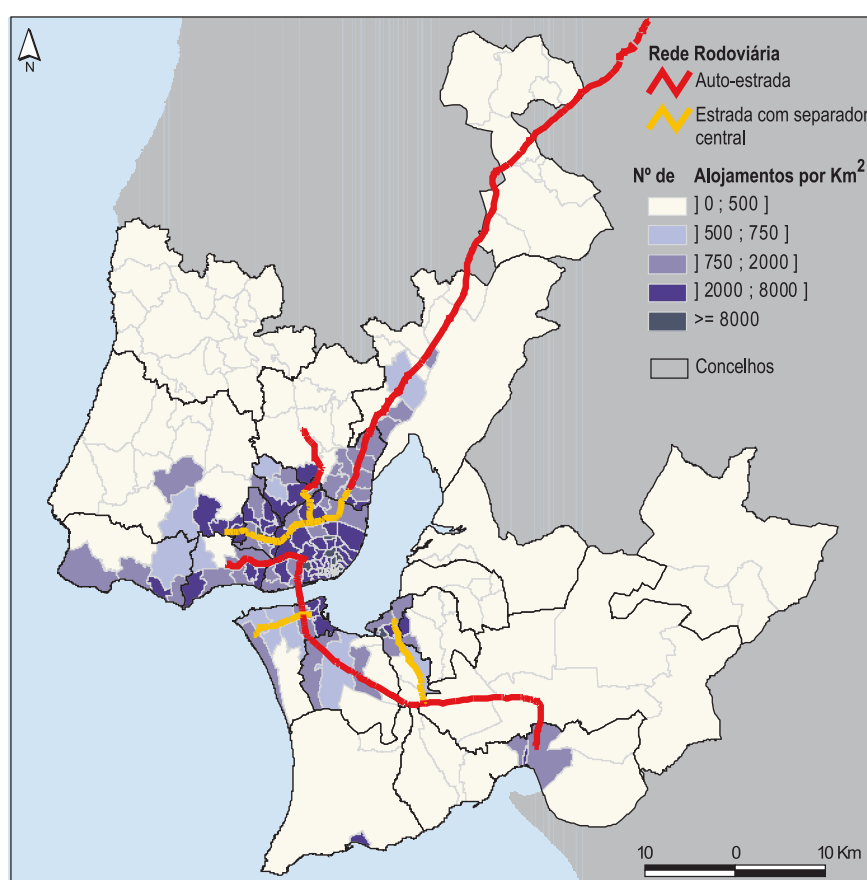
As freguesias com maior densidade populacional, ou seja, aquelas que apresentavam mais de 2 000 alojamentos por km², localizam-se na sua maior parte no concelho de Lisboa e nas freguesias dos concelhos limítrofes, excepção feita às freguesias da Parede (concelho de Cascais) e de Agualva-Cacém, Massamá, Monte Abraão e Queluz (concelho de Sintra) (Figura 5). De salientar que existiam também algumas freguesias na denominada “margem-sul” com densidades de alojamento do mesmo nível (abrangendo sobretudo as freguesias urbanas dos concelhos de Almada, Barreiro, Moita, Sesimbra e Setúbal).

É, igualmente, visível a localização da maior densidade de alojamentos no concelho de Lisboa e concelhos vizinhos - nomeadamente, na faixa litoral dos concelhos de Cascais e Oeiras e ao longo do eixo ribeirinho, abrangendo totalmente os concelhos da Amadora e Odivelas e parcialmente o concelho de Sintra - decrescendo consideravelmente à medida que se vai afastando deste pólo.

A rede de estradas na AML, em 1991, era constituída maioritariamente por estradas nacionais, estando as auto-estradas circunscritas às saídas para Norte e para Sul da cidade de Lisboa. De facto, as maiores densidades de fogos situavam-se, para além do concelho de Lisboa propriamente dito, junto à auto-estrada do Norte, na auto-estrada de Cascais (que terminava em Caxias), na área servida pela auto-estrada de Loures e nas extremidades da auto-estrada do Sul (Figura 5).

Tal como as auto-estradas, as estradas com separador central parecem estar bastante correlacionadas com a localização dos fogos existindo, assim, um maior número de fogos por km² nas freguesias que se situam nas proximidades destas vias. Tanto as freguesias servidas pela estrada da Costa da Caparica, como as freguesias servidas pela estrada do Barreiro têm uma densidade de fogos largamente superior às que são apenas servidas por estradas nacionais, excepção feita à turística freguesia de Sesimbra. Já nesta data as freguesias do concelho de Amadora e de Sintra, que se situavam nas proximidades da IC-19⁵, começavam a ter níveis de construção consideravelmente elevados.

Figura 5 – Densidade de alojamentos e estradas em 1991

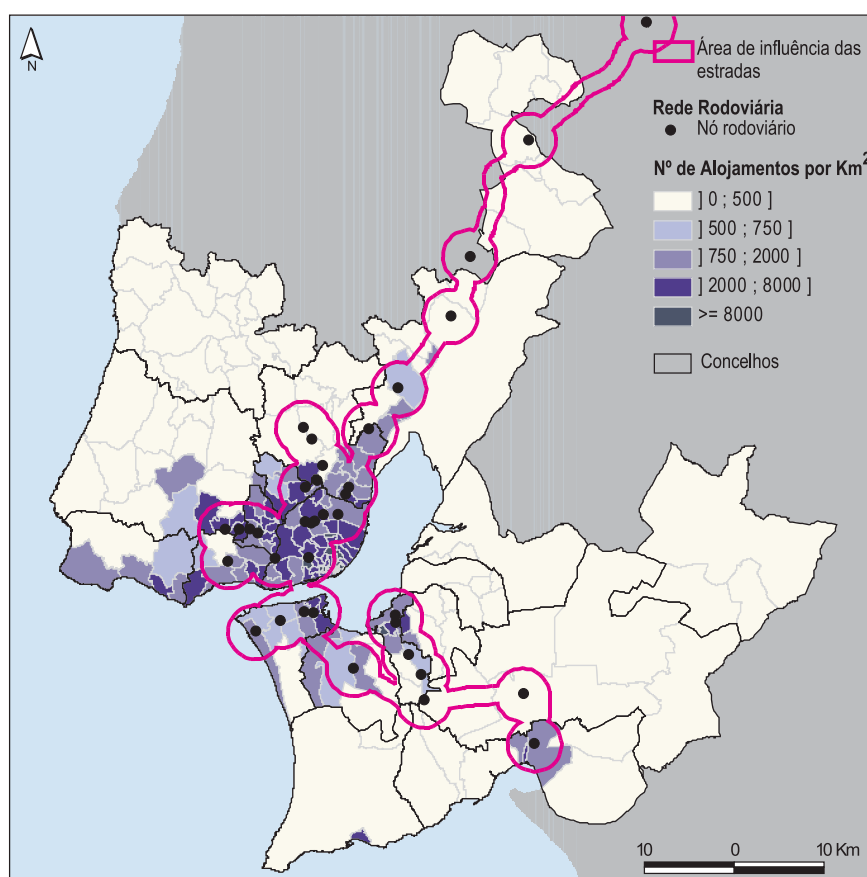


Fonte: DGA, Base Administrativa; IGEOE, Carta Militar Itinerária; INE, Censos 1991.

Como se pode observar na Figura 6, a área de influência das estradas e respectivos nós abrange a quase totalidade das freguesias que apresentam as mais altas densidades de alojamentos. De notar que a estrada marginal, que serve os concelhos de Oeiras e Cascais, não foi considerada por, àquela data, apesar de ter duas vias, não conter um separador. No entanto, é clara a relação entre este eixo e as densidades de alojamentos nas freguesias que atravessa, como se verá mais adiante.

⁵ Note-se que, em 1991, o Itinerário Complementar 19 (IC19) terminava em Queluz.

Figura 6 – Densidade de alojamentos e área de influência das estradas em 1991



Fonte: DGA, Base Administrativa; IGEOE, Carta Militar Itinerária; INE, Censos 1991.

O valor obtido para a relação entre a densidade de fogos em 1991 e a percentagem de área da freguesia sobre a influência das vias de comunicação (0,56) indicia que, quanto maior é a proximidade de uma freguesia a uma estrada principal, maior tenderá a ser a sua densidade de fogos. Foi igualmente medida a correlação considerando a área de influência da Estrada Marginal, tendo-se obtido um resultado superior (0,59).

No entanto, apesar de se comprovar a existência de uma relação entre as duas variáveis, demonstra igualmente uma significativa variabilidade por explicar. Estes resultados permitem especular sobre se à data a construção de habitações já não estaria a extravasar as áreas imediatamente contíguas às vias, provavelmente por saturação do espaço disponível para construção.

5. A Área Metropolitana de Lisboa em 2001

O elevado dinamismo de construção nas freguesias da AML, durante a última década, aparenta estar intimamente relacionado com o surgimento de novos eixos rodoviários. Note-se, por exemplo, a edificação galopante em algumas freguesias de Sintra ao longo do prolongamento do IC19. De igual modo, o novo troço da auto-estrada de Loures no sentido de Torres-Vedras contribuiu para o acréscimo dos fogos na área de influência do nó da Venda do Pinheiro (Maфра).

De uma forma genérica, a nova ligação entre as duas margens do Tejo e o aumento de acessibilidades a ela associada potenciou o crescimento de fogos em grande parte da “margem sul”, particularmente nas freguesias de Fernão Ferro (Seixal), Quinta do Conde (Sesimbra), Atalaia (Montijo) e Pinhal Novo (Palmela). O caso de Alcochete é paradigmático: antes de a ponte Vasco da Gama estar construída já era possível constatar um incremento do número de fogos licenciados⁶, causado por um efeito de antecipação com base na expectativa de futuras acessibilidades.

Constata-se, igualmente, que as áreas de influência dos novos eixos à volta da cidade de Lisboa se

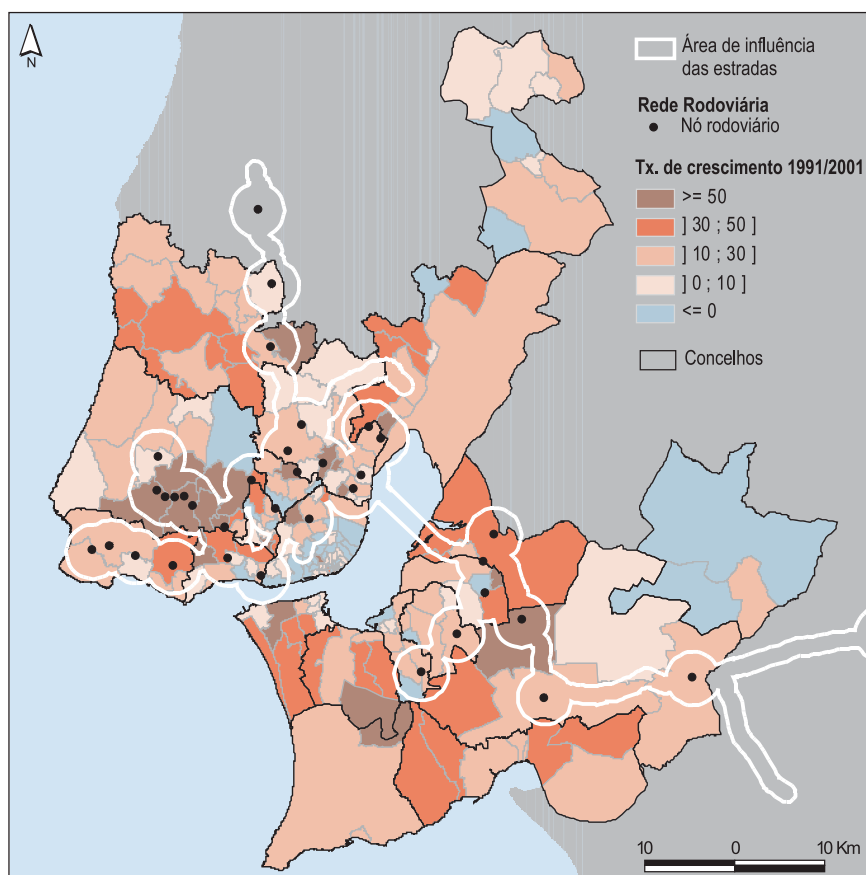
sobrepõem, grosso modo, às de 1991 (Figura 5 e Figura 7). O reforço das acessibilidades nesta zona, designadamente a CRIL e a CREL⁷, parece explicar as elevadas taxas de crescimento encontradas nas freguesias da Ramada (Odivelas); Frielas, Apelação, Prior Velho (Loures); Póvoa de Santa Iria (Vila Franca de Xira).

Apesar de, como se observou, as maiores taxas de crescimento estarem associadas às estradas construídas neste decénio, as freguesias com crescimentos abaixo de 50% não apresentam um comportamento passível de ser modelizado de forma análoga à aplicada para as densidades. Veja-se o caso dos concelhos de Almada e Maфра com rácios de crescimento semelhantes, causados provavelmente por razões diversas. No primeiro caso, a explicação poderá residir na reduzida distância-tempo a Lisboa, sendo que em 1991 este município era já servido por bons acessos; no segundo, pela sua localização específica (a meio caminho entre Lisboa e um dos pólos dinamizadores da região Oeste: Torres Vedras), associada à procura de espaços de residência “não urbanos”.

⁶ Ver INE (2000).

⁷ Circular Regional Interior de Lisboa e Circular Regional Exterior de Lisboa.

Figura 7 – Taxa de crescimento dos alojamentos e Área de Influência das estradas construídas entre 1991-2001



Fonte: DGA, Base Administrativa; IGEOE, Carta Militar Itinerária; INE, Censos 1991 e 2001.

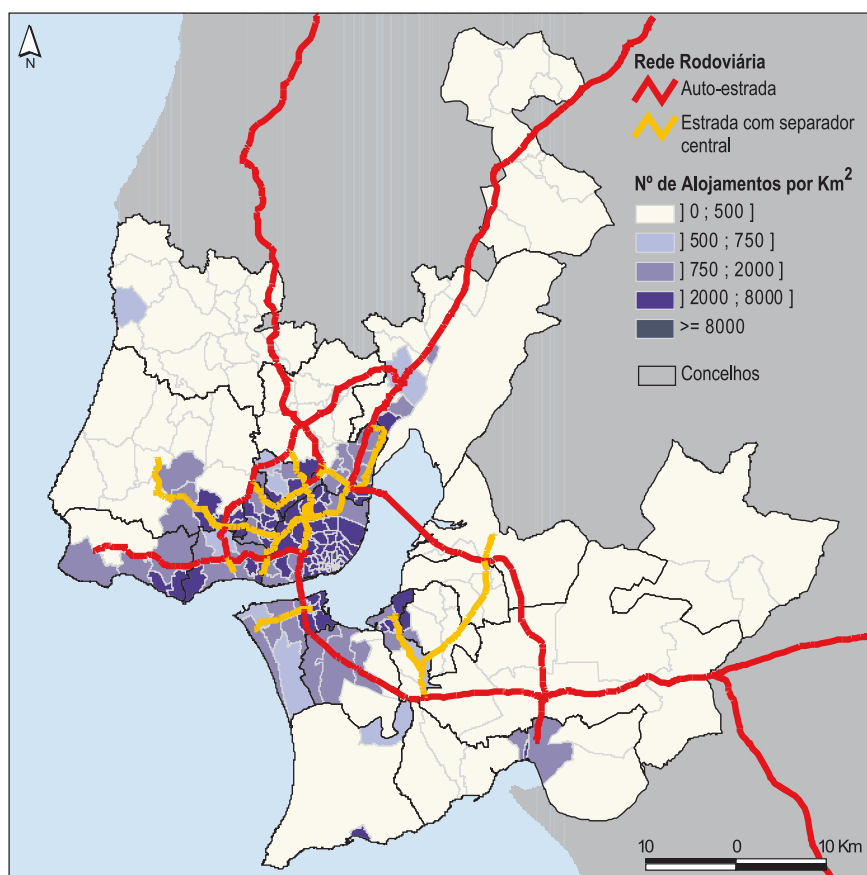
O conjunto das freguesias que, em 1991, detinha densidades superiores a dois mil habitantes passa a incluir em 2001 as freguesias de Carcavelos (Cascais); Alfragide (Amadora); Prior Velho, Sacavém (Loures); Póvoa de Santa Iria (Vila Franca de Xira); Feijó (Almada) e Lavradio (Barreiro).

A leitura da Figura 5 e Figura 8 permite ainda detectar aumentos consideráveis nas freguesias de confluência dos concelhos de Sintra, Oeiras e Cascais; nas exteriores à cidade de Almada (à ex-

cepção da Costa da Caparica que em 1991 já detinha densidades elevadas); na freguesia que constitui a cidade da Amora (Seixal); na Quinta do Conde (Sesimbra); e na Ericeira (Mafra).

Todas estas freguesias têm em comum a proximidade às auto-estradas ou outras estradas com separador central, à excepção da Ericeira cuja génese se assemelha à da freguesia urbana de Sesimbra, caracterizada por uma forte componente turística.

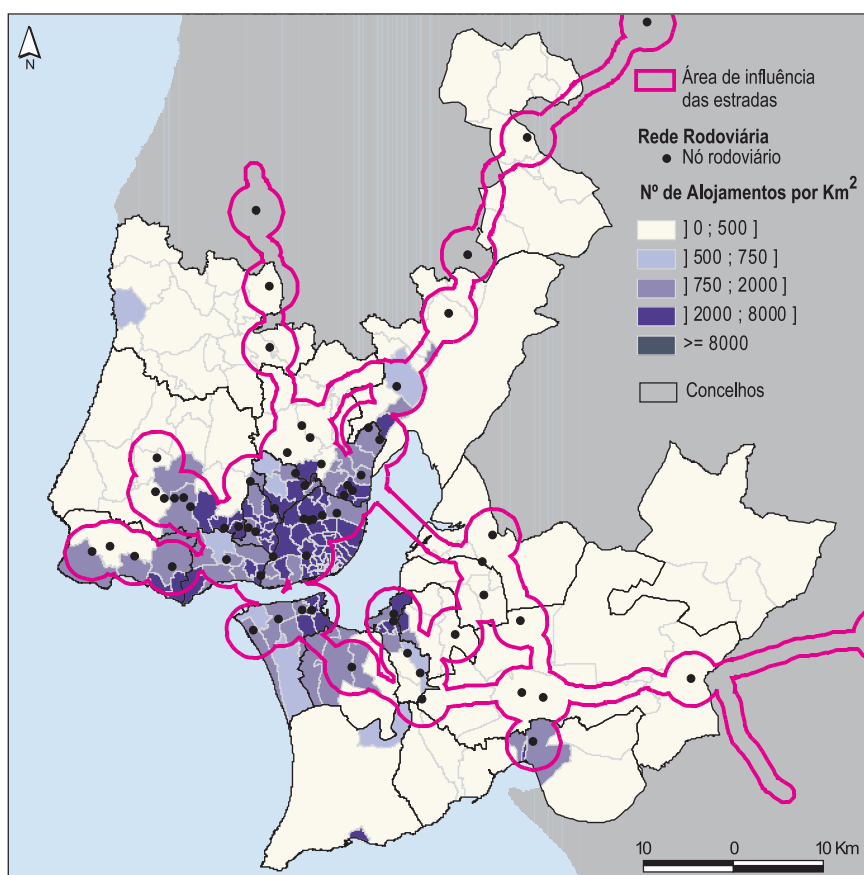
Figura 8 – Densidade de alojamentos e estradas em 2001



Fonte: DGA, Base Administrativa; IGEOE, Carta Militar Itinerária; INE, Censos 2001.

O reforço dos eixos rodoviários à volta de Lisboa foi acompanhado por uma consolidação do parque habitacional. As freguesias periféricas servidas pelos novos eixos não apresentam ainda um número de alojamentos por km² digno de registo. No entanto, a manter-se a tendência de crescimento (já analisada neste ponto) será de esperar, a médio prazo, que estas freguesias vejam as suas densidades aumentar mas, provavelmente, segundo um tipo de urbanização extensiva.

Figura 9 – Densidade de alojamentos e área de influência das estradas em 2001



Fonte: DGA, Base Administrativa; IGEOE, Carta Militar Itinerária; INE, Censos 2001.

A correlação obtida entre a densidade de fogos em 2001 e a área de influência da rede de auto-estradas e outras estradas com separador central foi de 0,53. Este resultado, à semelhança do encontrado para 1991, comprova a existência de uma associação mas, uma vez mais, a variabilidade não explicada é significativa, ou seja, a maioria das freguesias com uma elevada densidade de fogos é servida a menos de um quilómetro por uma estrada principal e a menos de três quilómetros de um nó de acesso.

De facto, se por um lado as vias rodoviárias construídas abrangem um conjunto de freguesias superior a 1991, por outro a edificação não ultrapassou a zona de influência mais próxima, indiciando que o fenómeno construtivo ainda não se expandiu muito para além das zonas contíguas às vias rodoviárias próximas de Lisboa.

Enquanto em 1991 as freguesias densamente construídas já ultrapassavam a área de influência das vias rodoviárias, em 2001 verifica-se um fenómeno inverso: as áreas de influência abrangem um conjunto de freguesias em que a expansão do parque urbano é ainda incipiente. Note-se que os valores da correlação encontrados para os dois momentos encerram significados distintos. Enquanto em 1991 se está perante um resultado que peca por defeito, causado pela exclusão de freguesias com elevadas densidades de alojamentos; em 2001 o resultado peca por excesso, fomentado desta vez pela inclusão de um número significativo de freguesias com fracas densidades de alojamentos.

6. Considerações finais

Duas ideias genéricas ressaltam da abordagem sobre a evolução dos alojamentos nos concelhos da AML:

■ a consolidação de um “centro metropolitano alargado”;

■ a tendência de expansão deste centro metropolitano para a sua periferia imediata, ainda segundo um modelo de suburbanização.

No entanto, a análise desenvolvida nesta discussão, que procurou perceber a alteração da estrutura espacial dos alojamentos na última década em estreita relação com o surgimento de novos eixos rodoviários de nível superior, permite-nos ir mais longe. Conclui-se, assim, que o aumento explosivo das acessibilidades rodoviárias entre 1991 e 2001 provoca alterações estruturantes na AML, uma vez que:

■ veio dotar aglomerações, cuja integração no sistema metropolitano se tinha tornado deficiente, com uma maior mobilidade, refortalecendo desta forma a sua capacidade de interação (ex. freguesias dos concelhos de Sintra e Cascais);

■ veio consolidar o espaço metropolitano, no sentido em que passou a integrar no sistema um conjunto de aglomerações que apesar de já estarem incluídas na Área Metropolitana legal, dificilmente interagem com o restante território metropolitano (ex. concelhos de Alcochete e Montijo ribeirinho);

■ serviu para que a circulação na área Metropolitana também se pudesse fazer à margem de Lisboa, favorecendo uma possível multi-polarização

do espaço metropolitano, pela relação directa entre concelhos periféricos (ex. ligações Norte-Sul);

■ a criação de novos eixos de carácter supra-regional (ex. eixo Oeste ou eixo Setúbal-Évora) aproximou, em termos de distância-tempo, espaços distantes e marginais ao sistema metropolitano que, pela qualidade de vida que proporcionam, poderão vir a ser parte integrante de um conceito alargado de área metropolitana.

De facto, a rede de estradas estruturou na última década a morfologia do espaço metropolitano enquanto um contínuo construído, abrindo caminho para integrar no sistema metropolitano espaços distantes.

Para além de algumas debilidades conhecidas *a priori* neste estudo, as conclusões obtidas alertam ainda para a necessidade de incorporar, em termos futuros, outros factores nesta discussão.

Como fragilidade pode-se apontar a hipótese de partida assente no pressuposto que a área da freguesia estaria totalmente disponível para construção, uma hipótese generalista dada a distinção entre o espaço urbano, urbanizável e vedado à construção, considerado nos Planos de Ordenamento do Território. A inclusão das restrições à construção existentes em instrumentos de planeamento, associados à utilização de uma desagregação geográfica mais fina para a unidade geográfica de análise, permitiriam decerto a obtenção de dados mais fiáveis. Contudo, implicariam a complexificação do modelo de análise, algo que não se enquadra no objectivo deste estudo.

Simultaneamente, outras questões se colocam: se é verdade que os resultados obtidos permitem consolidar a ideia de que o volume de fogos construídos está associado à presença de estradas, não é ainda possível determinar, em alguns casos, o que surge primeiro: é a abertura de novas estradas que leva ao aumento da oferta de habitações, ou é a existência de uma densidade de alojamentos elevada que origina a construção de novas estradas?

Por último, resta alertar para a existência de outros factores cuja influência na expansão do parque habitacional é empiricamente conhecida.

Ao considerar apenas as vias de comunicação rodoviária, fica por apurar o impacto que os meios de transporte ferroviário ou fluvial têm na localiza-

ção da população, e respectivos alojamentos, pelos concelhos na periferia de Lisboa. Veja-se o caso do concelho de Loures que, apesar de estar à mesma distância de Lisboa que Cascais, Sintra ou o Barreiro, não apresenta densidades da mesma ordem. A influência dos transportes públicos não rodoviários é aqui marcante devendo ser associada, naturalmente, à problemática da distância-tempo.

Para além das comunicações, existem outros elementos que, não sendo facilmente mensuráveis, contribuem igualmente para a decisão de construção, como sejam o custo do alojamento, a distância a bolsas de emprego e outros de natureza económica, a acessibilidade a bens e serviços ou mesmo factores de ordem cultural e social.

Referências Bibliográficas

- FERRÃO, J.; VALA, F.; RODRIGUES, D., 2001, "Delimitação das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto", *Instituto de Ciências Sociais*, (policopiado).
- FERREIRA, M. J., ROSADO, A. R., 1999, "As grandes áreas urbanas portuguesas. Conceitos e delimitação espacial" in M. Pereria (coord.) *Grandes Áreas Urbanas. Reorganização institucional e territorial. O caso da Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa, p. 38-50.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2000, *Pressão construtiva – Áreas Metropolitanas, volume 1*.
- REIF, B., 1978, *Modelos en la planificación de ciudades y regiones*, Instituto de Estudios de Administracion local, Madrid.
- MCGREW, J. C.; MONROE, C. B., 1993, *An introduction to Statistical Problem solving in Geography*.

Mobilidade e Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo:

Pistas para uma Análise Integrada*

Resumo

A análise profunda da mobilidade populacional constitui um requisito essencial à definição e implementação de uma estratégia territorial de desenvolvimento, devido aos impactes territoriais que comporta. Estes impactes podem advir pela via da migração, responsável pelas principais alterações na estrutura populacional, ou pela via dos movimentos pendulares que, simultaneamente, resultam e contribuem para a (des)estruturação do sistema urbano da região.

Este fenómeno tem-se demonstrado particularmente relevante na região de Lisboa e Vale do Tejo, não só ao nível da elevada mobilidade resultante dos movimentos casa-trabalho, nomeadamente na sua área metropolitana, mas também ao nível dos elevados fluxos de migração. Neste estudo pretende-se apresentar uma linha de análise que integre a diversidade de formas que o fenómeno da mobilidade geográfica encerra, mas acima de tudo pretende-se identificar as principais tendências de evolução da mobilidade, com o objectivo de aprofundar o seu estudo à medida que fiquem disponíveis os dados dos Censos 2001.

Cristina Oliveira
Direcção Regional de Lisboa e
Vale do Tejo/INE

Duarte Rodrigues
Direcção Regional de Lisboa e Vale
do Tejo/INE

* Os autores agradecem a João Peixoto, do ISEG, e aos técnicos do Serviço de Estudos, os comentários recebidos. A responsabilidade pelo conteúdo final do texto cabe, porém, apenas aos primeiros.

* A versão preliminar deste estudo foi apresentada no VIII encontro da APDR, em Vila Real, em 29 de Junho de 2001.

1. Porquê estudar a Mobilidade Geográfica?

1.1. Mobilidade geográfica e ordenamento do território

A mobilidade humana nas suas diversas formas – deslocações pendulares para trabalho ou lazer, mudanças de residência e migrações temporárias ou permanentes – tem implicações na configuração do território.

Podem listar-se de forma não exaustiva as seguintes: as deslocações pendulares têm implicações no sistema de transportes e infra-estruturas viárias; as mudanças de residência no mercado imobiliário e nas próprias deslocações pendulares; as migrações na configuração social dos espaços e em todos os itens listados anteriormente. Do ponto de vista económico a mobilidade de mão-de-obra tem igualmente impactes sobre a evolução das disparidades regionais¹, para além de ser um indicador do grau de integração das regiões.

Enfim, a mobilidade humana pode ter impactes mais ou menos profundos nas componentes demográfica, social e económica dos territórios e consequentemente no ordenamento dos mesmos.

A Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) é um destino importante de migrações internacionais e funciona a nível nacional como 'entreposto migratório', isto é, embora apresente saldos migratórios pouco significativos regista um número elevado de emigrantes e imigrantes internos. Além disso, como se verifica pela análise dos dados dos Censos 91, é uma região com elevada mobilidade interna.

Assim, dadas estas características da RLVT, é fundamental estudar a mobilidade de um ponto de vista integrado.

¹ Na teoria neoclássica a mobilidade dos factores de produção é apontada como a principal arma contra as disparidades regionais.

No entanto, a mobilidade é um fenómeno complexo e, como tal, difícil de medir e de interpretar. Assim, tentámos neste trabalho tipificar a mobilidade construindo uma matriz de análise a partir da qual se definem os vários tipos de movimentos, partindo daqui para a análise da informação disponível sobre o assunto. Desta forma podemos inclusive inventariar as zonas não cobertas em termos de informação.

1.2. Impacte nos territórios

Os fluxos de população têm associados impactes de diversa ordem sobre o território, quer sobre os de origem, quer sobre os de destino.

Os territórios de destino das migrações sofrem naturalmente um acréscimo populacional e uma alteração na estrutura da população, quer em termos demográficos quer sociais. Ou seja, a população entrada num determinado território tem em geral características diferentes da população residente. Trata-se essencialmente de população em idade activa, disponível para trabalhar, o que causa impactes ao nível do mercado de trabalho².

No caso da imigração externa, e dependendo do país de origem, os migrantes podem ser indivíduos com nível de instrução elevado que entram no país já com um contrato de trabalho e que vêm desenvolver trabalho especializado (países da UE). Podem ser igualmente indivíduos que, apesar de um elevado nível de instrução, entram de forma ilegal no país, dispondo-se a realizar qualquer tipo de trabalho mal remunerado (Europa de Leste).

² Para uma melhor especificação dos impactes económicos da migração ver, por exemplo, De Rugy (2000).

Os indivíduos com baixo nível de instrução são em geral originários de países africanos (PALOP) e concentram-se tanto em termos residenciais como de trabalho junto das respectivas comunidades.

Estas localizam-se, em termos gerais, em zonas mais ou menos degradadas da cidade de Lisboa e na periferia da Área Metropolitana de Lisboa (AML) (cf. Pires, 2000).

A concentração espacial dos imigrantes tem consequências na segregação social e devido ao facto do local de trabalho e de residência tenderem a não coincidir, exerce uma forte pressão no sistema de transportes.

O aumento da procura de habitação por parte dos imigrantes tem obviamente consequências no mercado imobiliário.

A desertificação que se verificou no interior do país ao longo das últimas décadas, com reflexos graves no envelhecimento da população do interior e no desequilíbrio territorial, em resultado de fluxos populacionais com destino ao litoral, (com especial ênfase para as Áreas Metropolitanas) e a outros países, constitui um bom exemplo do impacto sobre os territórios de origem.

Os dados dos Censos 2001 poderão confirmar esta tendência, apesar do crescimento de algumas cidades médias e das tendências já detectadas para o abrandamento destes fluxos (cf. Peixoto 1994).

Em termos mais genéricos é possível afirmar que a emigração apresenta impactos nos territórios de origem de ordem inversa aos que a imigração apresenta nos territórios de destino.

Registe-se ainda o impacto da emigração sobre os territórios de origem ao nível de um aumento dos fluxos mercantis e financeiros com destino a esses territórios (e.g. o impacto económico das remessas de emigrantes).

2. Tipologia de Mobilidade Geográfica

Tipificar a mobilidade geográfica dos indivíduos implica a selecção de dimensões que nos permitam definir os movimentos, privilegiando uma determinada óptica.

Assim, pretendendo essencialmente medir o impacto territorial da mobilidade humana a nível da região, privilegiámos as dimensões espacial e temporal para tentar construir uma tipologia a partir da qual fosse possível classificar e quantificar as deslocações da população.

Os critérios espacial e temporal permitem-nos distinguir três “movimentos” básicos:

■ Mobilidade ou movimentos pendulares: movimentações regulares nos mesmos espaços geográficos.

■ Mobilidade residencial: mudança de espaço sem quebra dos laços básicos com a comunidade local.

■ Migração: deslocação duradoura que implica uma ruptura do espaço social.

Especificando um pouco mais, a dimensão territorial, definida pelo tipo de “fronteira” atravessada, permite distinguir as migrações externas das internas e, dentro destas, as migrações inter-regionais das intra-regionais, podendo estas ser definidas até uma desagregação geográfica que se

considere pertinente ou no limite incluir as mudanças de residência.

A dimensão temporal, definida pela duração e/ou periodicidade permite distinguir as migrações permanentes, temporárias, pendulares e sazonais.

Em termos concretos, partindo do princípio de que actualmente os pólos essenciais da vida dos indivíduos são os locais de residência e de trabalho, utilizámos estas duas variáveis para construir a nossa tipologia. Também a tipologia construída em

1991 por Nora Federici toma estas variáveis como base, numa tentativa de captar todo o tipo de movimentos migratórios no tempo e no espaço.

Existem outras dimensões importantes a ter em conta na tipificação da mobilidade, como por exemplo o motivo, a voluntariedade ou a dimensão social (cf. Federici, 1991) que não utilizámos na construção desta tipologia mas que não podem deixar de estar presentes, pelo menos implicitamente, quando classificamos e analisamos as movimentações da população.

Figura 1 – Tipologia da Mobilidade Geográfica

		Alteração de local de residência?			
		Não	Sim		
Alteração de local de trabalho?	Não	Movimentos Pendulares	Mobilidade Residencial		
	Sim	Alteração do Local de Trabalho	Migração		
	Intra-Regional		Inter-Regional	Internacional	
		Local		Nacional	Internacional
		Mercado de Trabalho			

- Ajustamentos internos ao Mercado Local de Trabalho
- Alterações (de dimensão e de estrutura) ao nível da oferta no Mercado Local de Trabalho

2.1. Movimentos pendulares

Os movimentos pendulares constituem uma das vertentes da mobilidade que não se reduz a um quadrante específico desta tipologia, constituindo-se como um movimento transversal. Este tipo de movimento verifica-se mesmo na ausência de alterações nos parâmetros que a permitem construir, ou seja, local de trabalho e local de residência. Assim, contrariamente aos restantes quadrantes, estamos perante uma mobilidade constante, a mobilidade do dia-a-dia, das deslocações casa-trabalho.

De acordo com os dados dos Censos 91, dos cerca de 4 milhões de empregados, 53,3% trabalhavam numa freguesia distinta da que residiam e 24,1% trabalhavam, inclusivamente, noutro concelho.

Este fenómeno tem obviamente maior relevância, quer quantitativa, quer do ponto de vista de análise, em regiões que apresentam maior integração funcional, ou seja, maiores fluxos mercantis de factores produtivos e de bens e serviços, como, por exemplo, as Áreas Metropolitanas.

Assim, a compreensão deste fenómeno e apreensão dos seus padrões, assume especial relevo na

região de Lisboa e Vale do Tejo. Nesta região, em 1991, dos cerca de 1 milhão e 400 mil empregados, 65,7% trabalhavam fora da freguesia de residência e 36,1% fora do concelho de residência.

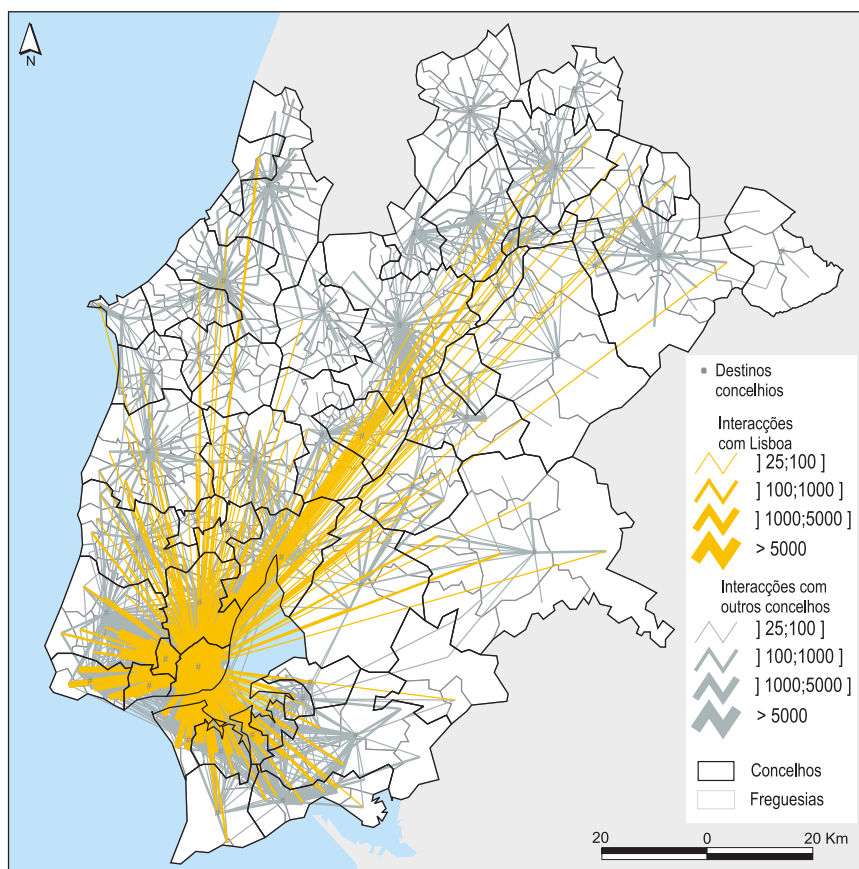
Para os empregados residentes nos concelhos que compõem a Área Metropolitana de Lisboa (cerca de 1 milhão e 100 mil empregados), estas percentagens são ainda mais elevadas, com 72,3% dos empregados a trabalharem no exterior da freguesia de residência e 41,1% no exterior do concelho.

Outro valor que expressa bem a importância acrescida deste fenómeno na região de Lisboa e Vale do Tejo é o facto de 42,3% dos movimentos pendulares³ que se registaram em 1991, terem origem e destino nesta região e 36,6% dos mesmos, terem origem e destino na AML⁴. A comparação dos dois valores anteriores, ou seja, a verificação de que 86,5% dos movimentos pendulares da Região de Lisboa e Vale do Tejo se concentra na AML, indicia bem a integração funcional da principal Área Metropolitana portuguesa, onde cerca de 7 em cada 10 empregados trabalham fora da freguesia de residência.

³ Considera-se aqui como movimentos pendulares o nº de residentes empregados que trabalha fora da freguesia de residência. Note-se que a freguesia corresponde à unidade territorial de menor dimensão para a qual é possível obter informação sobre correspondência, ou não, entre local de trabalho e local de residência.

⁴ Se considerássemos origem ou destino na região, as percentagens face ao total do país seriam de 43,5% para a Região de Lisboa e Vale do Tejo e de 38,3% para a Área Metropolitana de Lisboa.

Figura 2 – Padrão dos movimentos pendulares na RLVT



Fonte: INE, Censos 1991.

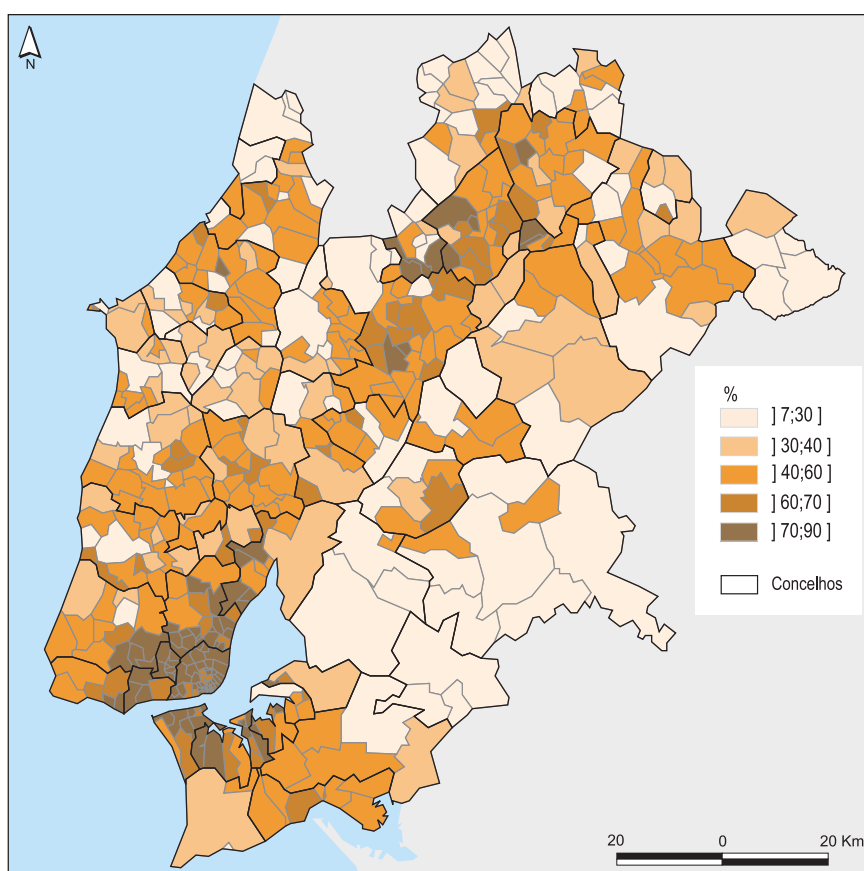
A maior dimensão dos movimentos pendulares nos concelhos circundantes de Lisboa é a forte imagem que se retira da análise da figura anterior. Esta conclusão é também fundamentada pela análise da figura seguinte, onde se denotam percentagens consideravelmente superiores de população empregada fora da freguesia de residência nas zonas centrais da Área Metropolitana de Lisboa.

A esta forte integração funcional entre um vasto conjunto de concelhos na Área Metropolitana de Lisboa, opõe-se uma lógica de predomínio dos movimentos intra-concelhios no restante território de Lisboa e Vale do Tejo.

Merecem ainda destaque os movimentos pendulares que têm como destino o concelho de Lisboa, não só pelo seu elevado número, como pela distância dos mesmos, designadamente,

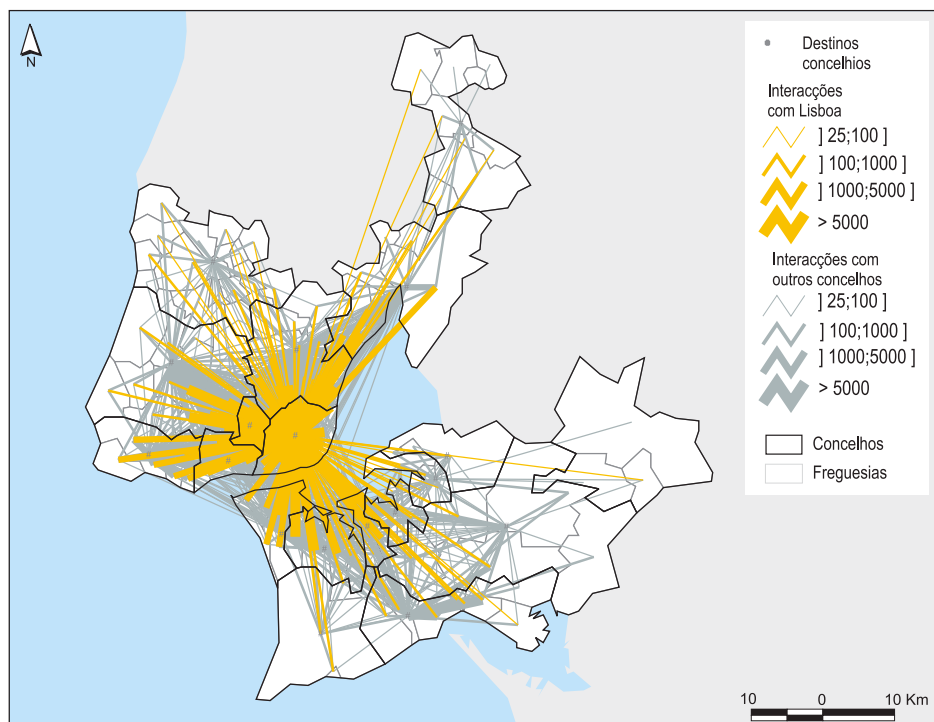
oriundos da zona Nordeste da Região, o que estará de alguma forma associado aos eixos de comunicação aí existentes (Autoestrada do Norte A1 e linha ferroviária do Norte).

Figura 3 – Percentagem dos empregados que trabalham numa freguesia distinta da freguesia da residência



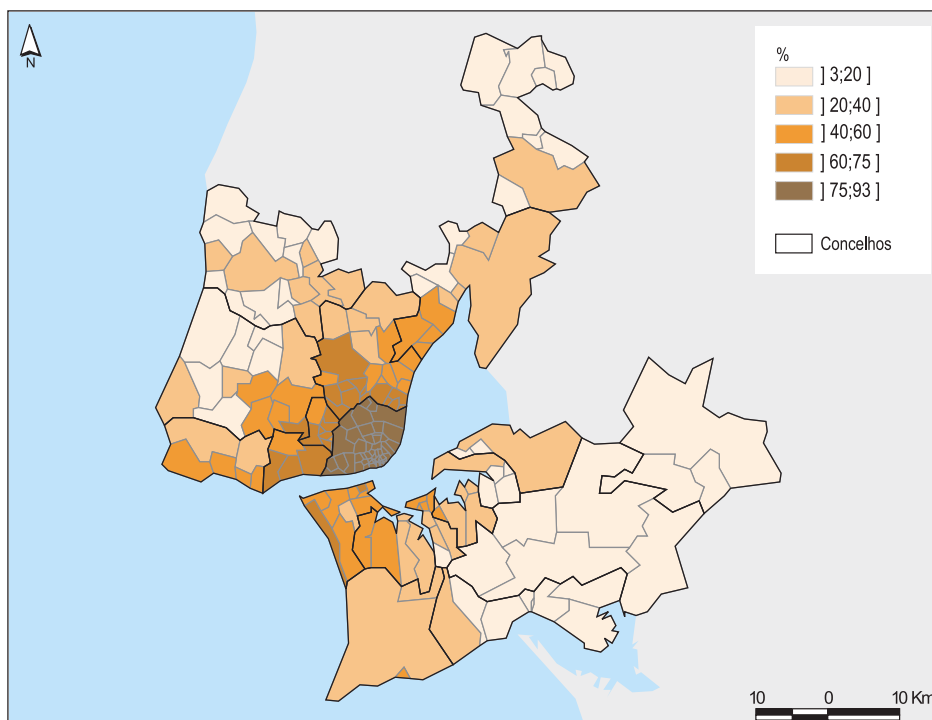
Fonte: INE, Censos 1991.

Figura 4 – Padrão dos movimentos pendulares na AML



Fonte: INE, Censos 1991.

Figura 5 – Percentagem dos empregados que trabalham no concelho de Lisboa de entre os que trabalham numa freguesia distinta da freguesia de residência



Fonte: INE, Censos 1991.

Quadro 1 – Movimentos pendulares com origem e destino na Região de Lisboa e Vale do Tejo por escalão etário, segundo o sexo (1991)

(em %)	Masculino	Feminino	Total
<25 anos	8,3	6,1	14,4
25-44 anos	31,6	23,9	55,5
45-64 anos	19,3	9,5	28,8
65 e + anos	0,9	0,3	1,3
Total	60,1	39,9	100,0

Fonte: INE, Censos 1991

A distribuição dos movimentos pendulares na Região de Lisboa e Vale do Tejo por grupo etário e sexo, não se apresenta significativamente diferente da distribuição da população residente empregada da mesma região. A maior diferença entre ambas é de apenas 2,4 pontos percentuais e regista-se ao nível dos homens entre os 25 e 44 anos, superior no caso dos movimentos pendulares. Conclui-se, assim, que não existem especificidades relevantes no que respeita à distribuição por sexos dos movimentos pendulares da Região.

51

Quadro 2 – Movimentos pendulares com origem e destino na Região de Lisboa e Vale do Tejo por meio de transporte, segundo a duração do trajecto (1991)

		Duração do Trajecto					Total
(em %)		Nenhum	<= 15 minutos	16-30 minutos	31-60 minutos	>60 minutos	
Meio de Transporte	Nenhum (a pé)	0,2	2,2	1,8	0,3	0,1	4,5
	Autocarro, Eléctrico, Metropolitano	0,0	2,3	10,7	15,1	10,8	39,0
	Comboio	0,0	0,3	1,9	5,5	4,9	12,6
	Veículo da empresa ou escola	0,0	0,9	2,4	2,2	1,6	7,1
	Automóvel ligeiro como condutor	0,1	6,3	9,7	7,2	2,7	25,9
	Automóvel ligeiro como passageiro	0,0	1,1	1,8	1,6	0,7	5,2
	Motociclo, bicicleta	0,0	1,3	1,7	0,4	0,1	3,5
	Outro	0,0	0,1	0,2	0,5	1,4	2,3
	Total	0,3	14,5	30,2	32,8	22,2	100,0

Fonte: INE, Censos 1991

Da análise da distribuição expressa no quadro anterior destaca-se o peso dos trajectos de maior duração (e.g. 22,2% dos empregados demoram mais de 1 hora no trajecto casa-trabalho) bem como o peso da utilização do automóvel ligeiro como condutor (25,9%), paralelamente ao pouco significado da utilização do automóvel ligeiro como passageiro (5,2%).

Quadro 3 – Movimentos pendulares com origem e destino na Região de Lisboa e Vale do Tejo e população empregada na mesma Região por nível de instrução (1991)

(em %)		Movimentos pendulares	População empregada
Nível de ensino	Pré-escolar	0,0	3,2
	Ensino básico primário	33,3	38,5
	Ensino básico preparatório	12,1	12,6
	Ensino secundário unificado	16,9	15,2
	Ensino secundário complementar	19,4	16,0
	Curso médio	3,3	2,9
	Curso superior Bach/Lic	14,0	10,8
	Curso Superior Mest/Dout	1,1	0,8

Fonte: INE, Censos 1991

A distribuição dos movimentos pendulares por níveis de ensino na Região é muito semelhante à distribuição da sua população empregada (Quadro 3).

Explorou-se ainda a existência de características significativamente distintas entre os movimentos que têm origem na RLVT, destino na RLVT ou ambos. O mesmo tipo de análise foi igualmente feito em relação à AML e ao concelho de Lisboa. Não se detectaram diferenças significativas, apenas merecendo destaque a repartição por modo de transporte, surgindo o automóvel ligeiro (como

condutor) como o principal meio de transporte dos movimentos com origem em qualquer uma das três unidades territoriais e destino fora das mesmas, enquanto nos movimentos de sentido oposto, ou seja, origem fora destas unidades territoriais e destino no interior das mesmas, o transporte público é o mais utilizado (comboio para LVT e AML e Autocarro, Eléctrico e Metropolitano para o concelho de Lisboa). Nos movimentos com origem e destino na RLVT, AML e Lisboa, respectivamente, o Autocarro, Eléctrico e Metropolitano apresentam-se como o meio de transporte mais utilizado.

... e em 2001?

- ■ Haverá uma maior integração funcional, ou seja, um aumento do peso dos movimentos pendulares e da sua distância, no território de LVT, em resultado de uma melhoria das acessibilidades? Por exemplo, haverá uma maior integração da zona Este da Península de Setúbal na Área Metropolitana de Lisboa em consequência da construção da Ponte Vasco da Gama e das acessibilidades adjacentes?
- ■ Haverá uma manutenção da direcção e sentido dos principais fluxos diários casa-trabalho? Ou terão um peso significativo os movimentos pendulares com origem nos principais centros (por exemplo Lisboa) e destino nos seus concelhos periféricos?
- ■ Haverá uma maior autonomia por parte dos concelhos periféricos? Isto é, terão uma maior capacidade de retenção da sua própria força de trabalho?
- ■ Será que o Teletrabalho poderá ter algum impacte significativo na redução destes movimentos pendulares?

53

2.2. Mobilidade residencial

A mobilidade residencial verifica-se sempre que existe alteração do local de residência sem alteração do local de trabalho, ou seja, não existe uma ruptura total com o meio social.

Este tipo de mobilidade de difícil mensuração, por inexistência de bases de dados longitudinais que contenham simultaneamente local de trabalho e local de residência, tem impactes ao nível da alteração dos movimentos pendulares.

O aumento da dimensão da família, bem como a conjuntura do mercado habitacional são dois determinantes da dimensão deste fenómeno.

A mobilidade residencial sazonal, ou seja, a residência durante certos períodos (regulares), nomeadamente, fins-de-semana, em segundas habitações

(habitações de ocupação sazonal) apresenta-se como um fenómeno de relevância crescente. Esta mobilidade sazonal corresponde a um tipo específico de mobilidade residencial, na medida em que existe alteração do local de residência durante certos períodos de tempo.

Em 1991, cerca de 10% dos alojamentos clássicos ocupados do país eram de uso sazonal, sendo o Algarve e o Alentejo as NUTS II onde este fenómeno era mais relevante. Contudo, quando desagregamos a Região de Lisboa e Vale do Tejo ao nível das NUTS III observamos que o uso sazonal apresenta especial importância nas regiões do Oeste (16,9%) e da Península de Setúbal (15%), ou seja, nas regiões costeiras, o que indicia a predominância das casas de praia enquanto segunda habitação.

Obviamente que para analisar a totalidade do impacto que a mobilidade residencial sazonal tem no território de LVT seria necessário conhecer não só as “segundas habitações” que se localizam na região, mas também as que são propriedade de residentes na região, independentemente da NUTS II onde se localizam.

Quadro 4 – Alojamentos clássicos de uso sazonal em 1991

	Alojamentos Clássicos Ocupados		
	Total Nº	Uso Sazonal Nº	(%)
Portugal	3 714 567	377 601	10,2
Norte	1 150 159	66 930	5,8
Centro	722 428	80 008	11,1
LVT	1 281 559	134 965	10,5
Oeste	154 235	26 139	16,9
Grande Lisboa	679 093	50 324	7,4
Península de Setúbal	259 565	38 846	15,0
Médio Tejo	97 113	10 964	11,3
Lezíria do Tejo	91 553	8 692	9,5
Alentejo	230 359	29 745	12,9
Algarve	180 440	57 131	31,7
Açores	75 886	5 795	7,6
Madeira	73 736	3 027	4,1

Fonte: INE, Censos 1991

54

... e em 2001?

- ☐ Confirmar-se-á a ideia que se assistiu nos últimos anos a um crescimento exponencial das habitações de ocupação sazonal?
- ☐ Manter-se-á uma maior concentração das habitações de ocupação sazonal nas regiões costeiras de LVT?

2.3. Alteração do local de trabalho

A alteração do local de trabalho sem alteração do local de residência constitui outro dos tipos de mobilidade geográfica, que tem como consequência directa, tal como a mobilidade residencial, a alteração dos movimentos pendulares ao nível da direcção, do sentido, da dimensão dos mesmos, ou mesmo de todas estas componentes.

A mensuração estatística desta forma de mobilidade geográfica é actualmente muito difícil, dada a escassez ou quase inexistência de bases de dados individuais que contenham simultaneamente local de residência e local de trabalho.

2.4. Migrações

A migração, que nesta tipologia corresponde à alteração simultânea de residência e de local de trabalho, implica uma ruptura com o espaço social envolvente.

Na tipologia apresentada existe uma diferenciação deste tipo de mobilidade geográfica em três áreas:

Intra-regional (no seio de um Mercado Local de Trabalho); Inter-regional e Internacional. A magnitude da ruptura com o meio envolvente aumenta no sentido da Intra-regional para a Internacional.

Neste estudo não será abordada em termos empíricos a distinção entre migração intra-regional e inter-regional, estando ambas integradas no ponto das migrações internas, pelo facto de não se ter procedido à delimitação dos mercados locais de trabalho⁵, algo que se pretende elaborar num futuro próximo.

2.4.1. Internas

A análise das migrações internas permite-nos qualificar as regiões como atractivas ou repulsivas, ou seja, saber se estão a ganhar ou a perder população e qual o peso relativo dos saldos migratórios na população da região. Quando existe informação disponível é importante apurar as características demográficas e sociais dos indivíduos que entram e que saem da região, pois delas depende o tipo de impacte das migrações na região.

55

Quadro 5 – Fluxos migratórios a nível de NUTS II

NUTS II	População total em 1991 Nº	Migrante interno (face a 1985)		Migrante interno (face a 1989)	
		Nº	%	Nº	%
Norte	3 472 715	136 102	3,9	48 976	1,4
Centro	1 721 650	63 655	3,7	25 004	1,5
LVT	3 296 715	256 196	7,8	83 895	2,5
Alentejo	543 442	24 401	4,5	9 568	1,8
Algarve	341 404	24 543	7,2	8 348	2,4
Açores	237 795	8 435	3,5	3 630	1,5
Madeira	253 426	5 798	2,3	2 660	1,0
Total	9 867 147	519 130	5,3	182 081	1,8

Fonte: INE, Censos 1991

⁵ Sobre a importância dos Mercados Locais de Trabalho enquanto unidade territorial privilegiada na análise do fenómeno da mobilidade geográfica ver, por exemplo, Goetz (1999). Note-se ainda que esta unidade de análise não existe em Portugal enquanto unidade estabilizada e objecto de políticas, apesar de existirem alguns estudos que procederam à sua delimitação, nomeadamente, Pereira (1997) e Pisco (1997).

Segundo os dados dos Censos 91, Lisboa e Vale do Tejo foi a região onde se registou uma maior mobilidade da população, em termos absolutos, quer em relação a 1985, quer a 1989. A categoria 'migrante interno' conta tanto os imigrantes provenientes de outras regiões como os que mudam de concelho de residência dentro da própria região. Em termos relativos LVT registou igualmente a maior percentagem de população móvel.

Quadro 6 – Matriz origem / destino das migrações

		Residência em 85							Migração intra-região
		Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	
Residência em 91	Norte	114 079	7 329	11 360	1 664	571	622	477	114 079
	Centro	7 779	35 390	17 436	1 502	634	514	400	35 390
	LVT	16 072	22 387	196 774	12 172	3 989	2 315	2 487	196 774
	Alentejo	926	1 281	8 969	11 917	1 009	156	143	11 917
	Algarve	2 325	2 041	7 843	3 370	8 615	203	146	8 615
	Açores	708	449	1 881	153	326	4 762	156	4 762
	Madeira	318	261	979	37	41	54	4 108	4 108

Fonte: INE, Censos 1991

56

Sendo Lisboa e Vale do Tejo a região com maior mobilidade, podemos verificar que em termos de migrações internas, recebe imigrantes de todas as regiões e envia emigrantes para todas elas, mas o valor mais significativo é o das migrações dentro da própria LVT. Aliás, neste contexto a região de LVT foi considerada como um “entreposto migratório” (cf. Peixoto, 1994), ou seja, embora apresente um saldo migratório pouco significativo (ver

quadro 2-vii), regista um elevado número de emigrantes e imigrantes internos, muito superior ao das restantes regiões.

As regiões com quem tem trocas mais significativas são por ordem de importância: Centro, Norte e Alentejo, das quais recebe população; Centro, Norte, Alentejo e Algarve, para as quais envia.

Quadro 7 – Indicadores regionais de migração (face a 1985)

NUTS II	migração intra- -região	Migração inter-região				TOTAL (intra+inter- região)	Tx de mig. total	Tx mig. inter- -regiões	Tx mig. intra -região	Taxa de atração	Taxa de repulsão	Saldo migratório em %
		entrada	saída	total	Saldo mig.							
Norte	114 079	22 023	28 128	50 151	- 6 105	164 230	4,7	1,4	3,3	0,6	0,8	-0,2
Centro	35 390	28 265	33 748	62 013	- 5 483	97 403	5,7	3,6	2,1	1,6	2,0	-0,3
LVT	196 774	59 422	48 468	107 890	10 954	304 664	9,2	3,3	6,0	1,8	1,5	0,3
Alentejo	11 917	12 484	18 898	31 382	- 6 414	43 299	8,0	5,8	2,2	2,3	3,5	-1,2
Algarve	8 615	15 928	6 570	22 498	9 358	31 113	9,1	6,6	2,5	4,7	1,9	2,7
Açores	4 762	3 673	3 864	7 537	- 191	12 299	5,2	3,2	2,0	1,5	1,6	-0,1
Madeira	4 108	1 690	3 809	5 499	- 2 119	9 607	3,8	2,2	1,6	0,7	1,5	-0,8
Total	375 645	143 485	143 485	286 970		662 615	6,7	2,9	3,8	1,5	1,5	0,0

Fonte: INE, Censos 1991

Lisboa e Vale do Tejo apresentava os valores mais elevados de entradas e saídas a nível de NUTS II e o saldo migratório positivo mais elevado. No entanto, em termos relativos, o saldo migratório era de 0,3%, isto é, tinha um peso pouco significativo em relação à população residente na região, enquanto na região Algarve o saldo migratório (relativo) era de 2,7%. Nas restantes regiões o saldo migratório apresentava valores negativos mas com pouco significado.

A taxa de migração total, que traduz a relação entre os indivíduos que entraram na região mais os que saíram, mais os que se moveram dentro da região, com a população total, diz-nos que Lisboa e Vale do Tejo (9,2%) era a região com maior mobilidade, estando no entanto muito próxima das regiões Algarve (9,1%) e Alentejo (8%).

No entanto, para aprofundar esta análise podemos decompor esta taxa em duas outras:

■ A taxa de migração inter regiões (trocas de população a nível NUTS II) diz-nos que a percentagem de população que entrou e saiu da região de LVT foi de 3,3%, metade da taxa da região Algarve (6,6%) e bastante inferior à do Alentejo (5,8%).

■ A taxa de migração intra regiões (mudanças de residência a nível de concelho dentro da NUTS II) coloca LVT numa posição bastante superior à das restantes regiões: 6% contra 3,3% do Norte e 2,5% do Algarve.

LVT tinha uma taxa de atracção (relação entre os imigrantes internos e a população residente) de 1,8%, abaixo do Algarve com 4,7% e do Alentejo com 2,3%. No entanto, apresentava uma taxa de repulsão (relação entre os emigrantes internos e a população residente) de 1,5%, enquanto a Região Alentejo revelava uma taxa de 3,5%, a Região Centro 2% e a Região Algarve 1,9%. Isto é, enquanto em LVT a taxa de atracção é ligeiramente superior à de repulsão, o Alentejo, por exemplo, apresenta uma maior taxa de atracção mas que é suplantada pelo valor da taxa de repulsão.

Quadro 8 – Sexo e idade dos migrantes *de e para* LVT

		Fluxos		
		Entrada	Saída	Saldo
Homens	<25 anos	9 674	6 741	2 933
	25-44 anos	11 572	10 008	1 564
	45-64 anos	2 372	4 455	- 2 083
	65 e + anos	2 333	2 230	103
Mulheres	<25 anos	13 045	7 630	5 415
	25-44 anos	12 564	9 791	2 773
	45-64 anos	3 119	4 619	- 1 500
	65 e + anos	4 743	2 994	1 749
Total		59 422	48 468	10 954

Fonte: INE, Censos 1991

Analisando as características dos migrantes *de e para* LVT, verifica-se que a região ganhou uma população predominantemente feminina e jovem, apresentando saldos negativos na faixa etária dos 45-64 anos que corresponde essencialmente à população em final de idade activa.

58

Quadro 9 – Fluxos migatórios com destino às NUTS III de LVT

NUTS III	População em 1991	Norte		Centro		Residência em 85		Algarve		Açores		Madeira	
			%		%	Alentejo	%		%		%		%
Oeste	359 430	1 012	0,3	1 821	0,5	458	0,1	172	0,0	133	0,0	153	0,0
Grande Lisboa	1 836 484	11 255	0,6	14 230	0,8	5 791	0,3	2 553	0,1	1 441	0,1	1 755	0,1
P. Setúbal	640 493	2 610	0,4	3 285	0,5	4 602	0,7	980	0,2	512	0,1	437	0,1
Médio Tejo	227 339	676	0,3	2 032	0,9	676	0,3	114	0,1	116	0,1	59	0,0
Lezíria do Tejo	232 969	519	0,2	1 019	0,4	645	0,3	170	0,1	113	0,0	83	0,0
Total	3 296 715	16 072	0,5	22 387	0,7	12 172	0,4	3 989	0,1	2 315	0,1	2 487	0,1

Fonte: INE, Censos 1991

Ao nível de NUTS III existiram na segunda metade dos anos 80 algumas particularidades na imigração interna para a Região que importa assinalar:

- A Grande Lisboa recebeu população essencialmente das Regiões Norte e Centro.
- A Península de Setúbal recebeu população essencialmente das Regiões Alentejo e Algarve.
- O Médio Tejo, o Oeste e a Lezíria do Tejo receberam população essencialmente da Região Centro.

A Grande Lisboa revela assim uma capacidade de atracção nacional, enquanto as restantes NUTS III atraem população das regiões que lhes estão mais próximas geograficamente.

Quadro 10 – Fluxos migratórios inter NUTS III de LVT

NUTS III	População em 1991	Oeste	%	G. Lisboa	%	Residência em 85 P. Setúbal	%	Médio Tejo	%	Lez. do Tejo	%
Oeste	359 430	5 008	1,4	6 253	1,7	592	0,2	316	0,1	745	0,2
Grande Lisboa	1 836 484	4 157	0,2	105 249	5,7	9 436	0,5	3 167	0,2	2 531	0,1
P. Setúbal	640 493	456	0,1	20 844	3,3	21 025	3,3	575	0,1	754	0,1
Médio Tejo	227 339	250	0,1	2 699	1,2	489	0,2	3 395	1,5	802	0,4
Lezíria do Tejo	232 969	537	0,2	3 132	1,3	636	0,3	820	0,4	2 906	1,2
Total	3 296 715	10 408	0,3	138 177	4,2	32 178	1,0	8 273	0,3	7 738	0,2

Fonte: INE, Censos 1991

Quanto aos movimentos da população dentro da região de LVT, ao nível de NUTS III, detectaram-se os seguintes aspectos mais significativos:

Na NUTS III Oeste a percentagem mais significativa era a de migrantes na própria Região (1,4%). Esta percentagem traduz o peso relativo da população que em 1985 residia no Oeste num concelho diferente daquele em que residia em 1991, sobre a população do Oeste em 1991. No entanto, em valores absolutos, houve quase tantos emigrantes para a NUTS III Grande Lisboa como migrantes dentro da própria região.

Quanto à Grande Lisboa, é significativa a percentagem de indivíduos que se mudou para a Península de Setúbal (3,3%), se bem que a maior percentagem foi a de indivíduos que se movimentaram dentro da Grande Lisboa (5,7%). Estas percentagens traduzem o peso da população que se movimentou, sobre a população residente em 1991 na NUTS III de destino.

Na Península de Setúbal verificam-se essencialmente movimentos internos à Região. No entanto, houve 9 436 indivíduos que emigraram para a Grande Lisboa (o que representava 0,5% da sua população em 1991).

As NUTS III Médio Tejo e Lezíria do Tejo revelam comportamentos semelhantes: em valores absolutos a mobilidade interna a estas regiões era pouco superior à da emigração para a Grande Lisboa.

Isto é, as NUTS III de Lisboa e Vale do Tejo reproduzem a situação já verificada a nível da Região NUTS II, com uma mobilidade interna superior às trocas com as outras regiões, indicando a clara supremacia das migrações de curta distância. No entanto, nas trocas entre regiões (NUTS III) a Grande Lisboa é claramente a região ganhadora.

Quanto ao elevado número de saídas de Lisboa para a Península de Setúbal, por exemplo, pode ver-se aqui uma forma típica de descentralização metropolitana (disseminação da população por zonas crescentemente urbanas). Pode ver-se ainda o efeito acumulado das migrações sobre o crescimento natural: os descendentes das primeiras migrações instalam-se na margem Sul por terem habitação mais acessível mas não se desligam da cidade (cf. Peixoto 1994).

Quadro 11 – Sexo e idade dos migrantes por NUTS III

		Oeste		G. Lisboa		Residência em 1991		Médio Tejo		Lez. do Tejo	
			%		%	P. Setúbal	%		%		%
Homens	<25 anos	2 609	15,7	23 542	14,6	8 550	15,2	1 576	13,9	1 650	15,6
	25-44 anos	3 328	20,0	39 329	24,3	13 300	23,7	2 431	21,5	2 127	20,1
	45-64 anos	1 112	6,7	9 141	5,7	3 543	6,3	762	6,7	772	7,3
	65 e + anos	690	4,1	3 697	2,3	1 545	2,8	480	4,2	439	4,1
Mulheres	<25 anos	3 222	19,3	28 801	17,8	9 843	17,6	1 988	17,6	1 955	18,5
	25-44 anos	3 506	21,0	40 150	24,9	13 106	23,4	2 417	21,4	2 183	20,6
	45-64 anos	1 130	6,8	9 442	5,8	3 514	6,3	876	7,7	846	8,0
	65 e + anos	1 066	6,4	7 463	4,6	2 679	4,8	778	6,9	608	5,7
Total		16 663	100,0	161 565	100,0	56 080	100,0	11 308	100,0	10 580	100,0

Fonte: INE, Censos 1991

60

Quanto às características dos imigrantes, a análise do Quadro 11 diz-nos que em todas as NUTS III da região de LVT a percentagem mais elevada é a de indivíduos entre os 25 e os 44 anos, quer do sexo masculino quer feminino, ou seja, trata-se de população em idade activa. Portanto, independentemente da dimensão da população entrada em cada sub-região a característica predominante é igual em todas elas⁶.

2.4.2. Internacionais

Devido à escassez de informação sobre os movimentos emigratórios⁷ com origem no território português, neste ponto apenas será analisada a questão da imigração.

A migração externa é actualmente o principal factor de variação do crescimento demográfico efectivo de Portugal, devido à quebra da taxa de fecundidade, que torna o saldo natural pouco significativo.

Portugal é actualmente um país destino de imigração, representando os imigrantes um peso crescente na população nacional, não só devido aos indivíduos que entram no país mas também devido ao nascimento de estrangeiros em Portugal.

Qual é a importância da população imigrada para o país? Em números absolutos, o peso dos estrangeiros residentes pode não ser muito grande. Segundo os dados do SEF, em 1999 residiam em Portugal 190 896 estrangeiros. Contudo este valor pode ser bastante superior se tomarmos em conta os indivíduos que residem no país de forma ilegal.

⁶ Os dados da questão retrospectiva dos Censos 91 relativa a 1989 não revelam tendências diferentes das aqui apresentadas referentes ao ano de 1985. Apenas os valores são mais reduzidos.

⁷ Para uma inventariação da informação existente sobre emigração e suas debilidades ver Baganha e Ferrão (1998).

Este aparente pequeno volume de população não impede contudo que o fenómeno da imigração tenha uma forte carga social, alcançando assim uma importância que transcende os números. Disto é exemplo a abordagem sistemática que tem sido feita nos *media* à questão da imigração em geral e de histórias de imigrantes em particular.

Os escassos dados de que dispomos sobre esta população (lembramos que o SEF apenas dispõe de informação para a população residente estrangeira legalizada) dizem-nos que ela se concentra territorialmente e que se trata de população em idade activa.

Quadro 12 – População estrangeira em 1999 por distrito de residência

Distritos	Nº	%	Distritos	Nº	%	Distritos	Nº	%
Aveiro	7 209	3,8	Faro	24 947	13,1	Setúbal	17 963	9,4
Beja	933	0,5	Guarda	693	0,4	V. Castelo	1 341	0,6
Braga	3 088	1,6	Leiria	2 499	1,3	Vila Real	682	0,3
Bragança	329	0,2	Lisboa	105 362	55,2	Viseu	1 315	0,7
Castelo Branco	575	0,3	Portalegre	590	0,3	Açores	2528	1,3
Coimbra	4 708	2,5	Porto	11 408	6,0	Madeira	2 385	1,2
Évora	888	0,5	Santarém	1 453	0,8	Portugal	190 896	100,0

Fonte: INE e Serviços de Estrangeiros e Fronteiras

Aliás, há autores que consideram que esta população vem contribuir para uma reposição da força de trabalho, o que tem como consequência uma diminuição da taxa de dependência (relação entre a população activa e não activa) e ainda para uma diminuição do envelhecimento da população.

No entanto, tal como refere J. Malheiros (1998) para que se verifique uma diminuição da taxa de dependência é necessário que os imigrantes se encontrem legalizados e portanto integrados no sistema de segurança social.

Quanto ao envelhecimento da população, embora o índice de fecundidade médio seja superior para as mulheres estrangeiras, a verdade é que este fenómeno, regra geral muito sentido no início do processo migratório, vai diminuindo com o tempo, o que contribui para aproximar as taxas de fecundidade das mulheres imigrantes e nacionais (cf. De Rugy, 2000).

Quadro 13 – População que em 1985 e 1989 vivia fora do país

NUTS II	População em 1991	Migrante externo (face a 1985)	%	Migrante externo (face a 1989)	%
Norte	3 472 715	55 829	1,6	25 200	0,7
Centro	1 721 650	35 437	2,1	15 093	0,9
LVT	3 296 715	51 052	1,5	21 049	0,6
Alentejo	543 442	3 610	0,7	1 645	0,3
Algarve	341 404	9 190	2,7	3 102	0,9
Açores	237 795	3 703	1,6	2 055	0,9
Madeira	253 426	8 022	3,2	3 671	1,4
Total	9 867 147	166 843	1,7	71 815	0,7

Fonte: INE, Censos 1991

62

Também os dados dos Censos 91 nos dizem que a população entrada no país tem um peso relativamente pequeno na população total. Para além de que na categoria 'migrante externo' estão incluídos os indivíduos que em 1991 residiam em Portugal e que em 1985 (ou 1989) residiam no estrangeiro, independentemente de terem nacionalidade portuguesa ou estrangeira.

Contudo, se analisarmos a entrada de migrantes externos na RLVT verificamos que há uma nítida concentração na Grande Lisboa.

Quadro 14 – Residentes em LVT em 1991 por NUTS III que em 1985 residiam fora do País

NUTS III	Migrante externo	%
Oeste	4 770	9,3
Grande Lisboa	32 066	62,8
P. Setúbal	8 442	16,5
Médio Tejo	3 585	7,0
Lezíria do Tejo	2 189	4,3
Total	51 052	100,0

Fonte: INE, Censos 1991

Conclui-se assim que quanto à questão regional, a imigração não contribui para atenuar os processos de despovoamento e excessiva concentração populacional, uma vez que os imigrantes se concentram essencialmente nas grandes metrópoles.

... e em 2001?

■ LVT irá manter a sua atractividade e a sua elevada mobilidade intra-regional? E continuará a Grande Lisboa a ser a NUTS III mais atractiva?

■ Os fluxos migratórios irão contribuir para o acentuar da macrocefalia populacional do país (diferença populacional entre as duas principais cidades (Lisboa e Porto) e as restantes cidades)?

■ Que tipo de pessoas está a região a atrair? Jovens activos, pouco ou muito qualificados? Que tipo de trabalho vêm desenvolver?

■ Quais são os padrões dominantes da imigração na última década? Ainda predomina a imigração de mão-de-obra pouco qualificada dos PALOP ou a “nova” imigração dos países de Leste já começa a ter impacte no mercado de trabalho?

■ A “nova” imigração dos países de Leste segue os padrões da imigração em Portugal ou, pelo contrário, apresenta especificidades próprias, por exemplo, não se caracteriza por uma concentração territorial tão pronunciada nas grandes metrópoles?

■ Tenderá a manter-se uma concentração dos imigrantes (empregados) em determinados sectores de actividade? Tal facto depende do país de origem?

63

3. Comentários Finais

Este trabalho, de acordo com os objectivos inicialmente expostos, não pretendia ser conclusivo, mas acima de tudo alertar para a importância do fenómeno da mobilidade geográfica enquanto elemento (des)estruturador do território e consequentemente para a necessidade de uma abordagem integrada do mesmo.

Assim, as principais ideias a reter residem na significativa dimensão da mobilidade geográfica na Região de Lisboa e Vale do Tejo (a figura 3.1. apresenta os “grandes números”), e nas vantagens de uma análise integrada do fenómeno, em resultado da tipologia proposta, que permitiu, nomeadamente, a percepção de relações entre diferentes tipos de mobilidade, bem como a inventariação de algumas áreas que a informação estatística existente não permite clarificar.

Figura 3.1 - Dimensão da Mobilidade geográfica na RLVT

MOVIMENTOS PENDULARES Origem e destino na LVT 902 602 Origem e destino na AML 792 018	MIGRAÇÃO RESIDENCIAL - ? DA QUAL SAZONAL 134 965 alojamentos de uso sazonal (10,5% dos alojamentos clássicos ocupados)			
	MIGRAÇÃO			
ALTERAÇÃO DO LOCAL DE TRABALHO ?	INTERNA		INTERNACIONAL	
	LVT	AML		
Total	304 664	226 436	Entradas	
Intra	196 774	105 249	LVT 51 052	
Inter	107 890	121 187	G. Lisboa 32 066	
Entradas	59 422	56 316		
Saídas	48 468	64 871		
Saldo	10 954	-8 555		

Após a avaliação da dimensão do fenómeno, procedeu-se à análise dos padrões territoriais da mobilidade em 1991 (data do último recenseamento⁸) e foram identificadas algumas questões que irão ser exploradas pelos autores, com base nos dados dos Censos 2001.

⁸ O recenseamento da população constitui a fonte de informação de referência para estudos de mobilidade geográfica.

Referências Bibliográficas

- BAGANHA, M. Ioannis e FERRÃO, João (1998); *Os Movimentos Migratórios Externos e a sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*; IEFP; Lisboa.
- DE RUGY, Anne (2000); *Dimensão Económica e Demográfica das Migrações na Europa Multicultural*; Celta Editora.
- FEDERICI, Nora (1991); *Le Migrazioni: che Cosa Interessa Conoscere*, Genus Nº 1-2, Comitato Italiano per lo Studio dei Problemi della Popolazione.
- GOETZ, Stephan J. (1999); *Migration and Local Labor Markets*; West Virginia University.
- MALHEIROS, Jorge (1998); *Minorias Étnicas e Segregação nas Cidades: uma Aproximação ao Caso de Lisboa no Contexto da Europa Mediterrânica*, Finisterra, Nº 66.
- MALHEIROS, Jorge (2000); *Impacte demográfico e regional*, Economia Pura, Nº 28.
- PEIXOTO, João; *Migrações e Mobilidade: Conceitos e Problemas de Medição*; mimeo.
- PEIXOTO, João (1994); *Os Movimentos Migratórios Inter-regionais em Portugal nos Anos 80 – uma Análise dos Dados Censitários*, INE/GED, policop.
- PEIXOTO, João (1998); *Selectividade Migratória e Dinâmicas Regionais: as Migrações Inter-regionais em Portugal nos anos 80*, Revista de Estatística, 3º QUAD 98, Nº 9, INE.
- PEIXOTO, João; OLIVEIRA, Cristina (2001); *Migrações Inter-regionais em Portugal Continental, 1992-1999*, Revista de Estudos Regionais Nº 2.
- PIRES, Rui P. (2000); *Conceber uma Nação Cosmopolita*, Economia Pura, Nº 28.

BGRI - Base Geográfica de Referenciação de Informação

João Geirinhas

Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo/INE

1. A Informação Geográfica no INE

A informação geográfica ou geo-referenciada desempenha uma função essencial nas actividades de planeamento territorial, encontrando importantes aplicações no domínio autárquico, na administração central, nas infra-estruturas, na protecção do ambiente e nos estudos de mercado, entre outras. O seu potencial integrador, característica fundamental das Tecnologias de Informação Geográfica, traduz-se na quantificação, usualmente aceite, de que cerca de 80% da informação total produzida pelas diversas fontes possui uma natureza espacial, isto é, susceptível de ser associada a uma localização.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) é um dos principais produtores de informação espacial, tanto no que se refere à vertente geográfica através da infra-estrutura para suporte às operações de recolha, processamento e difusão de informação, ou seja, uma base geográfica (componente cartográfica), como no que se refere à informação geo-referenciada, ou seja, a informação estatística propriamente dita (componente alfa-numérica).

A possibilidade de relacionar estas duas componentes através de elementos comuns permite acrescentar valor à informação estatística, cuja produção e difusão constituem as competências funcionais atribuídas ao INE, talhando-a para uma crescente utilização no âmbito dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

2. Base geográfica de referenciação de informação

2.1. Enquadramento

A Base Geográfica de Referenciação de Informação (BGRI) foi construída pelo INE em estreita colaboração com outras entidades, entre as quais se destacam a totalidade das Câmaras Municipais, o *Centro Nacional de Informação Geográfica* (CNIG), o *Instituto Geográfico do Exército* (IGeoE) e o *Instituto Português de Cartografia e Cadastro* (IPCC), com o objectivo primordial de permitir uma eficiente preparação e execução dos Censos 2001 - XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação.

Desde sempre que a informação estatística produzida pelo INE e entidades que o precederam apresenta uma desagregação espacial até à Freguesia, nomeadamente a partir do I Recenseamento da População realizado em 1864. No entanto, só mais recentemente se procurou uma maior desagregação geográfica, testada nos Censos'81 e generalizada posteriormente através da cobertura sistemática de Portugal suportada por cartografia em papel, aquando da realização dos Censos'91 através da construção da *Base Geográfica de Referenciação Espacial* (BGRE).

Mantendo uma estrutura de desagregação semelhante à adoptada em 1991, a BGRI resulta do processo de conversão para formato digital das delimitações anteriormente existentes em formato papel, associada à necessária actualização decorrente das dinâmicas territoriais registadas na última década, assegurando assim a desejada compatibilidade para comparação espacial entre 1991 e 2001.

Assim, esta infra-estrutura de referenciação de informação assume uma natureza dinâmica sujeita a sucessivas actualizações por aplicação dos mesmos critérios básicos, o que lhe garante a coerência, estabilidade estrutural e a possibilidade de comparar informação estatística com referência a períodos diferentes, convencionando-se então optar pelo lançamento de versões, designando-se a anterior por BGRI 1991, a actual por BGRI 2001 e assim sucessivamente.

2.2. Objectivos

Em termos gerais, ao enveredar pela construção de uma base geográfica de referenciação, o INE passa a dispor de um instrumento inovador para suporte às suas metodologias de recolha, gestão, controle e difusão de informação, eliminando diversos constrangimentos existentes, aumentando a eficiência e qualidade dos processos de produção estatística e colocando-o na vanguarda das instituições produtoras de informação.

Neste contexto, identificam-se três objectivos principais que presidiram à opção pelo investimento na BGRI:

a) Como justificação imediata para a sua execução, encontra-se o objectivo de preparar e gerir toda a operação dos Censos 2001, pelo que os

conceitos e critérios subjacentes às delimitações adoptadas decorrem fundamentalmente dos requisitos necessários à correcta execução dos trabalhos de campo, designadamente a capacidade de produzir cartografia de apoio em grande quantidade e em tempo útil, sendo que a mesma deveria permitir uma inequívoca identificação das unidades geográficas por parte dos recenseadores e demais intervenientes no processo;

b) Em simultâneo e como resultado, a estrutura criada dá resposta ao objectivo de dispor de um potente suporte para difusão de informação com um elevado nível de desagregação geográfica, permitindo geo-referenciar finamente os dados a obter pelos *Censos 2001*, produzir estatísticas de pequenas áreas, delinear produtos e serviços de elevado valor acrescentado, representar o comportamento espacial de fenómenos sócio-económicos através de mapas temáticos, elaborar estudos especializados recorrendo a metodologias de análise territorial e potenciar a sua utilização generalizada por terceiros;

c) Finalmente e em função das opções tomadas, o INE cumpre ainda o objectivo de passar a dispor de uma infra-estrutura fundamental para a implementação do seu Sistema de Informação Geográfica (SIG), que permitirá, dada a utilização da mesma geografia e tabela de identificadores das unidades estatísticas, conter futuramente toda a informação produzida, acrescentando-lhe valor através do potencial de integração que é conferido pela junção da componente espacial, assim como melhorar os processos inerentes à recolha, produção, análise e difusão de informação estatística.

2.3. Estrutura e conceitos

A Base Geográfica de Referência de Informação (BGRI) desenvolve-se segundo uma estrutura poligonal hierárquica cuja unidade elementar de representação é a Subsecção estatística. A partir desta unidade é possível, por agregação, construir qualquer representação de nível hierárquico superior, que poderá corresponder à divisão administrativa existente ou ser definida pelo utilizador.

Para além da divisão administrativa (Freguesia, Concelho e Distrito) e dos vários níveis da Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS III, NUTS II e NUTS I), a BGRI é constituída por outros quatro tipos de unidades espaciais:

a) Subsecção estatística: constitui o nível máximo de desagregação e caracteriza-se por estar associada ao código e ao topónimo do lugar de que faz parte, correspondendo ao quarteirão em termos urbanos, sempre que tal signifique a possibilidade da delimitação ser efectuada com base nos arruamentos ou no limite do aglomerado, ao lugar ou parte do lugar sempre que tal não aconteça e à área complementar nos casos em que qualquer das definições anteriores não seja aplicável, situação em que assume a designação genérica de subsecção residual;

b) Secção estatística: constitui uma unidade operacional definida segundo critérios de optimização dos recursos no processo de recolha de informação, designadamente nos *Censos 2001*, correspondendo a uma agregação de subsecções que configurem uma área contínua com cerca de 300 alojamentos;

c) Lugar: constitui uma agregação de subsecções contíguas, identificadas pelo mesmo topónimo,

desde que configurem aglomerados com pelo menos 10 alojamentos. Dada a dificuldade de efectuar a sua delimitação rigorosa, esta agregação, definida exclusivamente para fins estatísticos, baseou-se em indicações fornecidas pelas Autarquias Locais e respectivos instrumentos de planeamento em vigor;

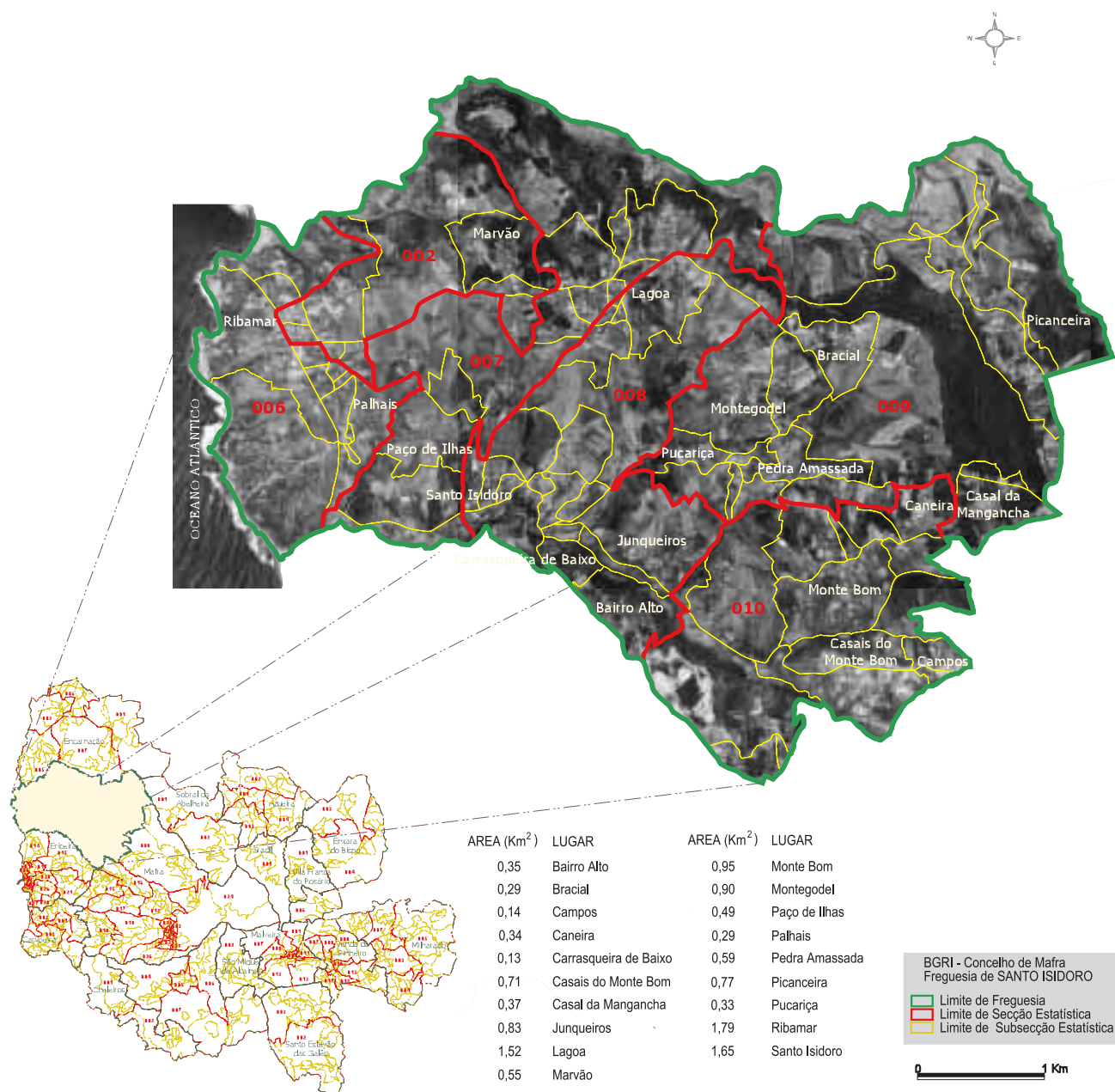
d) Base Mínima Comum (BMC): constitui uma unidade definida para efeitos de comparação entre a BGRI 1991 e a BGRI 2001, assim como dos respectivos dados, representando a agregação mínima de Subsecções que é necessário efectuar sobre as duas versões para se obter uma área perfeitamente sobreposta e comum a ambas.

Assim, esta estrutura permite a geo-referenciação, processamento e representação de informação para todos os níveis geográficos em qualquer zona do país, designadamente: Subsecção estatística, Secção estatística, Freguesia, Concelho, Distrito, NUTS III, NUTS II, agrupamento de concelhos, Lugar ou qualquer conjugação das anteriores.

2.4. Codificação

A identificação inequívoca de cada Subsecção (SS) é efectuada com base num código hierárquico de 11 dígitos (DTCCFRSECSS), construído de forma a permitir o imediato reconhecimento da sua integração na Secção (SEC), na Freguesia (FR), no Concelho (CC) e no Distrito (DT), facilitando por consequência as operações de agregação dos limites das respectivas unidades geográficas, assim como da informação estatística que lhes pode ser associada.

Figura 1 - Exemplo das Secções, Subsecções e Lugares da Freguesia de Santo Isidoro, Concelho de Mafra¹



Fonte: Ortofotocartografia de base - IPCC (Instituto Português de Cartografia e Cadastro), série 1:10 000, 1998

¹Elaborado por Luís Garcia (INE - DRLT - SDGI - NGI)

Enquanto que na BGRI 1991 a codificação é sequencial dentro de cada um dos níveis hierárquicos, na BGRI 2001 tal não acontece devido à necessidade de assegurar a comparação entre as duas versões, mantendo o que se convencionou designar por *histórico* da BGRI.

Assim, a identificação é coincidente nas duas versões quando e só quando não se verificou qualquer alteração substantiva nos limites da unidade geográfica em apreço. Caso contrário, na BGRI 2001 ocorre a supressão do código existente na BGRI 1991, atribuindo-se-lhe sequencialmente aquele que estiver disponível imediatamente a seguir ao último utilizado em 1991.

Este código constitui a chave de ligação com o registo dos dados censitários, permitindo assim a sua manipulação, processamento e representação em ambiente SIG.

2.5. Evolução

O número de Subsecções (Quadro I) registou uma taxa de crescimento de 67% em Portugal, valor que sobe para 75% na região de Lisboa e Vale do Tejo (LVT), o que reflecte não só o crescimento natural decorrente das dinâmicas territoriais ocorridas no período intercensitário, mas também a preocupação de efectuar uma desagregação geográfica tão profunda quanto possível, possibilitada pela adopção de novas tecnologias e utilização de fontes de informação com melhor qualidade e precisão.

71

Quadro 1 - Evolução do total de Secções e Subsecções em Portugal e na região de Lisboa e Vale do Tejo (LVT) entre 1991 e 2001

Secções	BGRI 1991	Portugal			Lisboa e Vale do Tejo			
		BGRI 2001	Variação	BGRI 1991	%	BGRI 2001	%	Variação
Secções	13 709	16 095	17,4	4 454	32,5	5 267	32,7	18,3
Subsecções	107 082	178 364	66,6	34 067	31,8	59 592	33,4	74,9

Nota: Em 1991 a RLVT incluía o Município do Gavião (13 Secções, 83 Subsecções) que transitou para a região do Alentejo em 2001.

Tratando-se de unidades definidas em função de um número aproximadamente fixo de alojamentos, o número de Secções é mais representativo dos fenómenos de evolução em termos territoriais, registando-se um crescimento de cerca de 18%, tanto em Portugal como na LVT, região que em termos gerais e em qualquer dos casos representa à volta de um terço do País.

O número total de Subsecções em Portugal ascende a 178 364, fazendo com que a BGRI 2001 se constitua como a mais completa, desagregada e exaustiva cobertura homogénea do País, disponível em formato digital e relativa a uma única data de referência.

2.6. Disponibilidade

Além da já referida importância para o INE, a próxima disponibilidade da BGRI e da informação censitária associada, permitirá a sua utilização generalizada por terceiros oferecendo, simultaneamente, um manancial de informação, produtos, serviços e estudos sem precedentes e a possibilidade de integrar dados de outras fontes, constituindo-se como a norma *de facto* para a geo-referenciação de informação desagregada, principalmente de natureza sócio-económica.

Neste contexto, o INE tem vindo a celebrar Protocolos de Cooperação com os Municípios, directamente ou através das suas Associações, tendo em vista não só a própria construção da BGRI associada à definição dos respectivos procedimentos de actualização, mas também a cedência para uma utilização generalizada ao nível local.

Acredita-se ainda que, à semelhança do que aconteceu noutros países com a construção de infra-estruturas de informação semelhantes, a disponibilidade da BGRI venha a constituir um forte impulsionador do mercado da Informação Geográfica em Portugal e tecnologias associadas, factor que irá depender da adopção de uma correcta política de difusão e preços, orientada para a oferta de produtos e serviços estatísticos adequados ao perfil das diferentes tipologias de utilizadores.

3. Considerações finais

A actualização da BGRI permitirá dispor periodicamente de novas versões com um maior nível de correspondência à realidade territorial, ao contrário do que aconteceu entre 1991 e 2001, criando-se um efectivo instrumento de suporte à produção e difusão de informação estatística.

O INE em estreita colaboração com outros parceiros, com especial destaque para as Autarquias Locais, está a iniciar a construção de infra-estruturas de informação complementares da BGRI, a que corresponde uma maior desagregação geográfica, nomeadamente:

- a) Base de Segmentos de Arruamentos: consiste numa estrutura linear de eixos de via, caracterizados pelo topónimo do respectivo arruamento e números de polícia das extremidades, que permitirá a inventariação de aglomerados e ruas para geo-referenciação indirecta a partir do endereço;
- b) Base de Geo-Referenciação de Edifícios: consiste numa estrutura de pontos com a localização de todos os edifícios, através do respectivo centróide e independentemente da sua função (e.g. residencial, equipamento, comércio, indústria), que permitirá a geo-referenciação mais precisa das unidades estatísticas em uso pelo INE.

Conjuntamente com a BGRI, estas serão no futuro as infra-estruturas para geo-referenciação de informação a utilizar pelo INE e respectivos parceiros, constituindo os pilares fundamentais para o pleno desenvolvimento do seu SIG.

Referências Bibliográficas

- CASIMIRO, F. S., *A informação cartográfica digital como suporte aos Censos 2001 e à implementação do SIG do INE*, Suplemento de Sistemas de Informação Geográfica do Jornal Expresso nº 1387, pp 8, 23 de Maio de 1999.
- FRANZ, L. M., *Geographic support for the programs of the Bureau of Census*, US Bureau of Census, 1997.
- GEIRINHAS, J., *Disponibilização de Informação Geográfica pelo INE*, II Congresso da Informação Geográfica, CNIG, Tagus Park, 14 de Novembro de 1999.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, GABINETE DOS CENSOS 2001, NÚCLEO DE CARTOGRAFIA, *Manual de procedimentos da construção da BGRl 2001*, Junho de 1998.
- MISSÃO PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, *Livro Verde para a Sociedade da Informação*, Junho de 1997.